



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

## **LICITAÇÃO ABERTA DE AMPLA CONCORRÊNCIA**

### **EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 07/2024 (9007/2024)**

O Município de Palmas, Estado do Paraná torna público que realizar-se-á licitação sob modalidade **CONCORRÊNCIA, do tipo MELHOR TÉCNICA**, de acordo com as solicitações preliminares nº 1406/2024 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, obedecendo integralmente a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as alterações posteriores, Lei complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, lei Municipal 2.550/2017, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos:

**PROCESSO N.º: 151/2024.**

**MODO DE DISPUTA: FECHADO.**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MELHOR TÉCNICA.**

**OBJETO:** Concessão de direito real de uso sobre bem imóvel, pelo período de 15 anos, desde que cumpridos os requisitos e a finalidade da concessão, localizado na área industrial registrado sob matrícula nº 4.361, de propriedade do Município, com a finalidade de incentivo e estímulo à instalação de empresa ou a prevenção de sua evasão do município, e a geração de emprego e renda, e cláusula de reversão, conforme Lei Municipal nº 2550, de 20 de dezembro de 2017.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Concorrência, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 17/03/2025.**

**HORÁRIO DA DISPUTA: 09h15min (HORÁRIO DE BRASÍLIA).**

**SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br>**

**OBSERVAÇÃO:** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**CÓDIGO DA UASG: 987733**

**Compõem este Edital os seguintes anexos:**

**ANEXO I – DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO III - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**

**ANEXO IV - TERMOS DE REFERÊNCIA**

**ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO À TÍTULO GRATUITO**

**ANEXO VI – MODELO PROPOSTA PARA FORNECIMENTO**

**ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE RENUNCIA A VISITA TECNICA – MODELO**

**ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA**

### **1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

**1.1.** A Concorrência Eletrônica será realizada em sessão pública, por meio da rede mundial de computadores (internet), mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases no sítio eletrônico **compras.gov.br**.

**1.2.** O edital e seus anexos estão disponíveis da internet nos endereços eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e <https://pmp.pr.gov.br/website/views/transparencia-publica-licitacoes.php>.

**1.3.** As informações administrativas relativas a esta concorrência poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação (telefone (46) 3263-7068, endereço eletrônico: [licitacao@pmp.pr.gov.br](mailto:licitacao@pmp.pr.gov.br) ).

**1.4.** Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município de Palmas, denominado Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "COMPRAS GOV " constante da página eletrônica <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

**1.5. É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DA CONCORRÊNCIA.**

**1.6** A especificação técnica dos itens no arquivo PDF a ser baixado juntamente com o arquivo do edital no [compras.gov.br](https://www.gov.br/compras) (relação de itens) geralmente é obtida a partir de aproximações do CATMAT/CATSER, não sendo editável, em alguns casos, pelo órgão promotor do certame. Portanto, sempre que tal especificação não corresponder à descrição do Termo de Referência/Edital, prevalecerá a que consta no Termo de Referência/Edital.

**1.7.** O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a inscrição e cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa de lances "COMPRAS GOV" constante da página eletrônica <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

## **2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](https://www.gov.br/compras)).

**2.2** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

**2.5.1** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**2.6** Não poderão disputar esta licitação:

**2.6.1** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.6.2** autores do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.6.3** empresas, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.6.4** pessoas física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.6.5** aqueles que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.6.6** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.6.7** pessoas física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.6.8** agentes público do órgão ou entidade licitante;

**2.6.9** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.6.10** não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do Município de Palmas - PR, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.6.11** Eventuais questionamentos sobre os impedimentos mencionados nos itens 2.6.5 e 2.6.10 serão direcionados à Comissão de Ética Pública, nomeada pelo Decreto nº 3.524, de 1º de março de 2019, nos termos das disposições do § 1º do art. 4º e do art. 8º da Lei Municipal nº 2.540, de 14 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou função do Poder Executivo Municipal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego, e dá providências para futura

**2.7** O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.8** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.9** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.10** O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.11** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**2.12** A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**2.13** É **vedada** a representação de mais de uma empresa pelo mesmo representante.

**2.14** A participação neste certame importa ao proponente a irrestrita e irrevogável aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, e ainda, na aceitação de que deverá fornecer o objeto em perfeitas condições de utilização e/ou funcionamento.

### **3 REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

**3.1** O certame será conduzido pelo Agente Contratação, com o auxílio da Equipe de Apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar os trabalhos da Equipe de Apoio;
- b) Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) A abertura das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos proponentes;
- d) Desclassificar propostas indicando os motivos;
- e) A condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;
- f) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- g) Declarar a vencedora a proposta de menor preço;
- h) O recebimento, o exame e a decisão sobre recursos;
- i) Elaborar a ata da sessão com o auxílio do sistema eletrônico;
- j) O encaminhamento do processo devidamente instruído à Autoridade Superior, visando a adjudicação, homologação e contratação.

#### **3.2 DO CREDENCIAMENTO**

**3.2.1** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

**3.2.2** Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao provedor do sistema eletrônico.

**3.2.3** O credenciamento no SICAF permite a participação dos interessados em qualquer concorrência, na





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

forma eletrônica, exceto quando o seu cadastro no SICAF tenha sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal.

**3.2.4** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à concorrência.

**3.2.5** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Palmas, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.2.5.1** No caso de participação de Microempresas ou empresas de pequeno porte serão observadas as disposições das Leis Complementares nº 123/2006 e 147/2014, devendo os licitantes interessados declararem tal condição para seu credenciamento, mediante os meios disponibilizados pelo sistema. Declaração falsa acarretará as implicações legais decorrentes, e implicará, também, a inabilitação do licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

**3.2.6** Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma empresa.

### **3.3 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.3** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.4** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.5** No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.5.1** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta de técnica e da proposta de preço apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.5.2** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.5.3** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.5.4** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.6** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

**3.7** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**3.8** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.

**3.9** Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva.

**3.10** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.11** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DO PROJETO E DA PROPOSTA TÉCNICA**

**4.1** O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, contendo os seguintes requisitos:

- a) Apresentação do projeto
- b) Proposta técnica modelo ANEXO VI

#### **4.2 APRESENTAÇÃO DO PROJETO**

**4.2.1** Somente poderão participar da concessão de direito real de uso sobre bens imóveis empresas que apresentarem um projeto (escrito) do empreendimento a ser realizado na área objeto da concessão de que trata o presente termo edital;

**4.2.2** O projeto de empreendimento referido será submetido à análise da Comissão Especial de Licitação para análise da concessão de direito real de uso sobre bens imóveis do Município, nomeada pelo Decreto nº 3.793, em 14 de fevereiro de 2022, com a finalidade de aprovação de Concessão de terrenos localizados na área Industrial, que examinará objetivamente os requisitos exigidos no projeto de utilização da área para o fim específico de sua destinação, e emitirá parecer ao Setor de Licitações aprovando ou reprovando o projeto de empreendimento.

**4.2.3** O projeto será elaborado em conformidade com a pretensão da utilização da área, para o fim específico de sua destinação, e constará, no mínimo:

- a) A demonstração do enquadramento da(s) atividade(s) fim/fins do empreendimento nos termos do que preconiza o Plano Diretor Municipal vigente como admissível para a respectiva zona;
- b) A demonstração dos tributos a serem gerados (espécies e quantitativos);
- c) O orçamento geral do empreendimento;
- d) O número de empregos a serem oferecidos direta e indiretamente;

**4.2.4** Somente os interessados que tiverem os projetos de empreendimento aprovados pelo Comissão Especial De Licitação Para Análise Da Concessão De Direito Real De Uso Sobre Bens Imóveis Do Município poderão continuar participando da concessão de direito real de uso sobre bens imóveis.

#### **4.3 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

### 4.3.1 Do Investimento Declarado

a) Para comprovação do investimento declarado, deverá ser anexado à proposta técnica, declaração de Investimento mínimo, na área a ser concedida, de no mínimo R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), entre obras civis, máquinas, frotas e equipamentos; e para cada R\$ 100.000,00 (cem mil reais), ou fração inferior, de investimento declarado, corresponderá a 1(um) ponto, conforme exemplo da tabela abaixo:

De R\$ 500.000,01 a R\$ 600.000,00	1,0 ponto
De R\$ 600.000,01 a R\$ 700.000,00	2,0 pontos
De R\$ 700.000,01 a R\$ 800.000,00	3,0 pontos
Sucessivamente...	

### 4.3.2 Do Capital Social da empresa:

a) Para comprovação do capital social, deverá ser anexado à proposta técnica, documento comprobatório que comprove o capital social integralizado e certidão simplificada da junta comercial, Capital Social da empresa deverá ser de no mínimo R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); e para cada R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) de capital social da empresa, ou fração inferior, corresponderá 0,5 (meio) ponto, conforme exemplo da tabela abaixo:

De R\$ 50.000,01 a R\$ 60.000,00	0,5 ponto
De R\$ 60.000,01 a R\$ 70.000,00	1,0 pontos
De R\$ 70.000,01 a R\$ 80.000,00	1,5 pontos
Sucessivamente...	

### 4.3.3 Da Declaração de faturamento anual estimado:

a) Para comprovação da declaração de faturamento anual estimado, deverá ser anexado à proposta técnica, documento com projeção de faturamento da empresa assinada pelo contador responsável, comprovando, que deve ser de no mínimo R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e para cada R\$ 100.000,00 (cem mil reais) de faturamento anual a mais, corresponderá 1(um) ponto, conforme exemplo da tabela abaixo:

De R\$ 1.000.000,01 a R\$ 1.100.000,00	1,0 ponto
De R\$ 1.100.000,01 a R\$ 1.200.000,00	2,0 pontos
De R\$ 1.200.000,01 a R\$ 1.300.000,00	3,0 pontos
Sucessivamente...	

### 4.3.4 Da Empregabilidade (empregos diretos):

a) Para comprovação da proposta de empregos diretos, deverá ser indicado junto à proposta técnica da contratação, os números de empregos diretos, conforme previsto no art. 17º, III, b, da Lei 2550/2017, "quantidade de empregos diretos a serem criados pela empresa, com a construção ou ampliação". Deverá ser ofertada no mínimo 08 empregos diretos, e cada emprego direto oferecido a mais, contará como 01 (um) ponto.

09 empregos diretos	1,0 ponto
10 empregos diretos	2,0 pontos
11 empregos diretos	3,0 pontos
Sucessivamente...	

### 4.3.5 situações de empate.

4.3.5.1 Em caso de empate, será consagrada vencedora aquela que oferecer o maior retorno de imposto ao município;

**4.3.5.2** Em caso de empate pelo maior retorno de impostos ao município, será consagrada vencedora aquela que oferecer o maior número de empregos diretos;

**4.3.5.3** No caso de absoluta igualdade entre o número de retorno de impostos e o número de empregos diretos, a empresa que possuir maior grau de inovação e investimento será declarada vencedora;

#### **4.4 DEMAIS CONDIÇÕES DA PROPOSTA**

**4.4.1** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.4.2** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4.3** A oferta apresentada será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.4.4** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.4.5** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.4.6** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.4.7** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Paraná e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**4.4.8** Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

#### **5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO**

**5.1** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2** Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema a nota técnica (NT) das proponentes, caso necessite de prazo para apuração da nota ou qualquer outro critério técnico, será informado data e hora da divulgação do resultado. Posteriormente será divulgado data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento.

**5.3** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

**5.4** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.5** O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**5.5.1** SICAF;

**5.5.2** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;

**5.5.3** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

**5.5.4** Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

**5.5.5** Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU);

**5.5.6** Consulta a restrições ao direito de contratar com a Administração Pública, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**5.6** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**5.7** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**5.8** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**5.9** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**5.10** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**5.11** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.

**5.12** Serão desclassificadas as propostas que:

**5.12.1** contiverem vícios insanáveis;

**5.12.2** não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

**5.12.3** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**5.12.4** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

**5.13.** No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com o seguinte parâmetro matemático, considerando a proposta formulado conforme item 4.3:

$$NT = ID + CSE + DFA + EP$$

onde:

ID = Investimento Declarado

CSE = Capital Social da empresa

DFA = Declaração de faturamento anual estimado

EP= Empregabilidade pretendida.

**5.14.** Será permitido eventuais ajustes de forma que se limitem a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**5.15** O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie documentos complementares, a fim de esclarecimento, se for o caso.

**5.16** Se a proposta apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ofertada pelo segundo classificado, e assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

**5.17** É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo acima estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante.

### 6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

**6.1** Encerrada a etapa de proposta técnica, o Agente de Contratação convocará, a licitante melhor classificada, para que envie (se necessário), os documentos complementares, para que anexe ao sistema COMPRAS GOV todos os documentos solicitados. Para tanto o Agente de Contratação fará o uso da ferramenta "CONVOCAR ANEXO", devendo o licitante obedecer ao prazo estipulado pelo Agente de Contratação, utilizando o link "ANEXAR", disponível apenas para o licitante convocado.

**6.2** Os documentos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.3** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, caso estejam em vigência e corretamente cadastrada.

**6.4.** Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

**6.5** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**6.6** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

**6.7** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**6.8** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo máximo de, 04 (quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

### **6.9 HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

f) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

h) Certidão simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado onde opera, (com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência), observado o prazo de 90 dias de expedição;

### **6.10 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, com a emissão não superior a 12 (doze) meses da sessão pública;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

#### **6.11 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

a) balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove;

a.1) que a licitante possui patrimônio líquido ou capital social integralizado igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); **ou alternativamente**

a.2) que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

a.2.1)  $\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$ ;

a.2.2)  $\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$ ; e

a.2.3)  $\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$ .

a.3) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

b) deverá ser apresentado documento ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA.

c) Certidão Negativa de Falência, Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com a emissão não superior a 90 (noventa) dias corridos da sessão pública

#### **6.12 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

a) Termo de Vistoria/Visita fornecido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do município de Palmas – PR, comprovando, que a licitante, vistoriou os locais e instalações onde serão executados os serviços, ficando assim ciente, das características, condições especiais e dificuldades que porventura possam existir na execução dos trabalhos, admitindo o prévio e total conhecimento da situação.

a.1) Caso a licitante não queira realizar a visita, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita/termo de vistoria, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o Município de Palmas-PR. (ANEXO VIII).

**6.13** A verificação no SicaF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

**6.14** Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Agente de Contratação, a licitante poderá ser inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**6.15** O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

**6.16** Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.6, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

- a) aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

**6.17** Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail [licitacao@pmp.gov.br](mailto:licitacao@pmp.gov.br), devendo o Agente de Contratação, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados

**6.18** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará as propostas do licitante subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de propostas que atenda ao presente edital,

**6.19** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**6.20** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**6.21** Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

**6.22** As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**6.22.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

**6.22.2** A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou revogar a licitação.

## **7. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA**

**7.1** Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

**7.2.** Constatado que a licitante detentora da melhor nota técnica atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

**7.3.** A indicação da nota técnica vencedora, a classificação e demais informações relativas à sessão pública da concorrência constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

### **8. DO RECURSO**

**8.1** Qualquer licitante poderá, no prazo de até 90 (noventa) minutos do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

**8.1.1** O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

**8.1.2** Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 8.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

**8.1.3** Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 8.1.2.

**8.2** Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

**8.2.1** Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

**8.3** O Agente de Contratação poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados ao Prefeito para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

**8.4** O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

### **9. FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**9.1** O objeto desta Concorrência será adjudicado e homologado pelo Prefeito do Município de Palmas.

**9.2** O contrato será firmado entre o Município de Palmas e a vencedora da licitação, no qual constarão os direitos e obrigações das partes, e conforme minuta presente no ANEXO V neste instrumento.

**9.3** O licitante vencedor será convocado a assinar o contrato, retirar ou aceitar o instrumento equivalente, no **prazo de 05 (cinco) dias**, contados do recebimento da convocação.

**9.3.1** O prazo de convocação de que trata o item anterior poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**9.4** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, retirar ou aceitar o Instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

**9.5** É facultado à Administração, quando a convocada não assinar o termo de contrato, não retirar ou aceitar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos, convidar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições propostas de cada classificado, inclusive quanto aos preços, de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação.

**9.6** Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

### **10. DAS PENALIDADES**

**10.1** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação durante o certame;
- b) salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
  - b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
  - b.4) deixar de apresentar amostra (quando for o caso);
  - b.5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital (quando for o caso);
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- f) fraudar a licitação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - g.1) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - g.2) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - g.3) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
  - g.4) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
  - g.5) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**10.2** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**10.2.1** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**10.2.2** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**10.3** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido no item 13.2 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará à multa de 20% (vinte por cento)

sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

**13.3.1** As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no item 10.4, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 10.3.

**10.4** Caso a licitante e/ou o fornecedor beneficiário, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório, ficará sujeito(a) às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

**14.4.1** Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a autoridade competente poderá:

- a) aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da nota de empenho; e
- b) determinar a rescisão unilateral do ajuste.

**10.5** O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

- a) 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;
- b) 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);
- c) 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

**10.5.1** Findo o prazo da alínea “c” será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados no subitem 14.6.1, alínea “a” e observados os critérios de dosimetria.

**10.6** Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

**10.7** A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.8** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.9** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

## **11. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

**11.1** Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação à presente Concorrência, ou ainda para impugnar este edital, desde que o faça com antecedência de até 03 (três) dias úteis, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame.

**11.2** As impugnações ou pedidos de esclarecimentos ao edital deverão ser dirigidas ao Agente de Contratação e poderão ser encaminhadas da seguinte forma:

- a) pedidos de esclarecimento, diretamente ao Agente de Contratação, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, no endereço eletrônico: [licitacao@pmp.pr.gov.br](mailto:licitacao@pmp.pr.gov.br) ;
- b) impugnações, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, no endereço eletrônico: [licitacao@pmp.pr.gov.br](mailto:licitacao@pmp.pr.gov.br) ;

**11.2.1** A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada da apresentação de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica, bem como do respectivo ato constitutivo ou de procuração que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

**11.3** O Agente de Contratação, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

**11.4** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico [compras.gov.br](http://compras.gov.br) e no Portal da Transparência do Município de Palmas e vincularão os participantes e a Administração.

**11.5** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**11.6** Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização desta Concorrência.

## **12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**12.1** As ações de gestão e controle da execução do contrato serão exercidas pelos responsáveis das secretarias solicitantes do processo, conforme Decreto Municipal nº 3.353/2017, a qual competirá acompanhar e gerir o cumprimento do contrato e dar ciência à contratada, em caso de não conformidade, mediante notificação por escrito, sobre as irregularidades apontadas para as providências.

**12.2** O fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

## **13. DEMAIS CONDIÇÕES EDITALÍCIAS**

**13.1** A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Palmas revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema eletrônico utilizado na realização do certame, dando assim, a todos os participantes da licitação, ciência de seu teor.

**13.2** O Município de Palmas poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

**13.3** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**13.4** É facultado ao Agente de Contratação ou à Autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**13.5** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação ou Autoridade Superior, sob pena de desclassificação/inabilitação.

**13.6** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

**13.7** As normas que disciplinam esta Concorrência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

**13.8** As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

**13.9** A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

**13.10** O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Palmas/PR, considerado aquele a que está vinculado o Agente de Contratação.

**13.11** O Agente de Contratação e sua Equipe de Apoio atenderão, para melhores esclarecimentos, aos interessados no horário de 8h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e recessos, na Secretaria Municipal de Licitações e Compras, localizado no Paço Municipal.

**13.12** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

**13.13** Os casos omissos, deste Edital serão resolvidos pelo Agente de Contratação, nos termos da legislação pertinente.

Palmas, 15/01/2025.

---

**MUNICÍPIO DE PALMAS**

**Daniel Ricardo Langaro**

**Prefeito**

## ANEXO I – DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

### 1 APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta a especificação, quantidade, local e prazo para entrega, condições de recebimento, e valor máximo estimado para os itens objeto da presente Concorrência.

- É de responsabilidade única e exclusiva das Secretarias Municipais solicitantes as descrições e os demais complementos do objeto licitado; a sua aplicação e sua correta condição de utilização;
- Os itens solicitados são os que seguem:

#### AMPLA CONCORRÊNCIA

Item	Especificação	CATMAT/CATSER
1	Concessão do imóvel denominado Quiguay, localizado no quadro urbano, Quinhão nº7 com área de 2.226,12 m² pertencente à matrícula 4.361 do Registro de Imóveis de Palmas. Contendo barracão construindo em alvenaria e cobertura de zinco, em boas condições e dimensões de aproximadamente 220m² (76066 - 1)	19356

c) A especificação técnica dos itens é obtida a partir de aproximações do CATMAT/CATSER, não sendo editável, pelo órgão promotor do certame. Portanto, sempre que tal especificação não corresponder à descrição do Termo de Referência/Edital, prevalecerá a que consta no Termo de Referência/Edital.

### 2 JUSTIFICATIVA

2.2. Em respeito ao disposto na Lei n. 14.133, de 01 de abril de 2021, a Administração Pública Municipal caracteriza a existência de interesse público na presente concessão, diante do fato de que os imóveis públicos devem cumprir seu papel no desenvolvimento do município e que o fomento à implantação de empreendimentos Comerciais e/ou Industriais em perímetro destinado para este fim é uma forma de proporcionar o aumento da receita municipal, bem como, criar empregos, atendendo também a função social a que se propõe a Administração Pública Municipal.

2.1. O objetivo primordial das concessões é o fomento à instalação de novos empreendimentos Comerciais e/ou Industriais e a prevenção da evasão de empreendimentos já existentes no município, mas cujas empresas não dispõem de terreno e infraestrutura instalada própria, exercendo, atualmente, suas atividades mediante locação, permuta, comodato ou espécie similar.

**3. APERFEIÇOAMENTO DO OBJETO** O objeto desta licitação é a colheita da oferta mais vantajosa para Concessão de direito real de uso sobre bem imóvel, pelo período de 15 anos, desde que cumpridos os requisitos e a finalidade da concessão, localizado na área industrial registrado sob matrícula nº 4.361, de propriedade do Município, com a finalidade de incentivo e estímulo à instalação de empresa ou a prevenção de sua evasão do município, e a geração de emprego e renda, e cláusula de reversão, conforme Lei Municipal nº 2550, de 20 de dezembro de 2017.

3.1 Imóvel localizado no QUINHÃO Nº 07 DO IMÓVEL DENOMINADO QUIGUAY, localizado no perímetro do trevo de acesso ao município, pertencente a matrícula nº 4.361 devidamente cadastrada no Registro de Imóveis, com área de 2.226,00 m² (dois mil duzentos e vinte seis metros quadrados) contendo edificação (barracão em alvenaria) de 220 m² (duzentos e vinte metros quadrados).

3.2 áreas de terra a ser concedida, com encargos e cláusula de reversão é destinada à finalidade específica de servir para instalação de empresas que atendam as condições mínimas exigidas no presente termo;





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

3.3 o início das atividades será no máximo, 08 (oito) meses contados da efetivação da concessão, assim considerada como sendo a outorga do respectivo título de concessão;

3.4 Início das atividades de terraplanagem/instalação da indústria em, no máximo, 60 (sessenta) dias após a concessão, sendo que para as empresas que necessitarem de licenciamento ambiental ou outro de qualquer natureza, contar-se-á o prazo de 60 (sessenta) dias para para início das atividades após a liberação da(s) referida(s) licença(s);

3.5 As condições mínimas para fazer jus à concessão de que trata este Edital são:

- a) Investimento mínimo inicial, na área a ser concedida, de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- b) oferta ou manutenção de, no mínimo, 08 (OITO) EMPREGOS DIRETOS;
- c) Declaração de faturamento anual estimado em no mínimo R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- d) Capital social da empresa de no mínimo R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

### **4.DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E UTILIZAÇÃO**

4.1. Considerando o Memorando Interno no 0092/2024 (anexo ao edital), expedido pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, na data de 07 de outubro de 2024, na qual destaca ser necessário que: "(...)Trata-se de um ponto de lançamento de água, possivelmente de drenagem da região, vindo em vista a presença de manilhas de concreto findado neste ponto específico.

4.2. Dessa forma, no local forma-se uma espécie de canal, com fluxo direto de água corrente (fato observado em 25 de setembro de 2024, onde a última chuva significativa ocorreu no dia 20 de setembro de 2024). Tendo em vista as condições topográficas, pode-se tratar de drenagem de águas pluviais, ou até mesmo de águas de origem em nascentes da região. Tal situação necessita de estudo mais aprofundado quanto a topografia local, visando verificar as condições de contribuição das águas destas origens.

4.3. Da avaliação do local: Tendo em vista os pontos tratados nesta verificação, pode-se observar, no imóvel em questão, que há uma área consolidada, com edificação e acesso particular. No entanto, devemos frisar que, tendo em vista as condições de solo e drenagem local, principalmente com relação a contribuição de água recebida e lançada diretamente no imóvel, assim como levando em conta a área vizinha, que aparentemente sofreu recente intervenção, de forma a não se ter uma caracterização exata do entorno, ampliações ou outras espécies de obras podem ser frustradas. Condições específicas devem ser avaliadas com cautela, como tipologia de solo local, capacidade de absorção e infiltração de água no solo, entre outros. Neste caso, testes específicos (percolação, sondagens, entre outros da área civil) devem ser realizados visando garantir a possibilidade, ou não, de edificação no local. Em casos de constatação de área úmida, devem ser levadas em consideração as distâncias mínimas não edificáveis, que constam na legislação ambiental. Com relação ao empreendimento que for ser instalado no local, antes de sua instalação, deve ser realizado o respectivo processo de licenciamento ambiental da atividade, conforme critérios do Instituto Água e Terra - IAT." Com isto, torna-se necessário atender ao Ofício Interno no 0092/2024, da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente conforme texto acima.

4.4. Considerando O Memorando Interno nº 0296/2024, (anexo ao edital) expedido pelo Departamento de Urbanismo, na data de 11 de outubro de 2024, o qual informa: "Prezado, Conforme consta na planta de levantamento topográfico de imóvel e seu memorial descritivo anexo, E ainda, de acordo com a Consulta de Viabilidade 185/2024, também disponível anexo e com base no mapeamento de Zoneamento do anexo único da Lei 2915/2022, considerando-se o exposto no Art. 42 da Lei 2850/21, constata-se que, o imóvel está inserido na zona denominada EIXO DE DESENVOLVIMENTO IND. E LOGÍSTICO-EDIL.

4.5. Conforme Anexo IV - Quadro de Parâmetros de Uso do Solo - Zoneamento Urbano, da Lei 2850/21, são USOS PERMITIDOS da EDIL: Industrial de Transformação 01,02,03 e 04 (Qualquer porte); Comercial e de Serviços Setorial; Serviços Específicos 02 (postos de combustíveis e comércio varejista de



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

combustível); Serviços Específicos 04 (infraestruturas urbanas de energia, água, esgoto, resíduos); Serviços intensivos em conhecimento técnico-científico; Industrial de Transformação 02 (Médio porte área construída até 800m<sup>2</sup>); Industrial de Transformação 03; Industrial de Elevada Intensidade Tecnológica (Médio porte); Industrial de Elevada Intensidade Tecnológica (Grande porte); Condomínios Empresariais; Agroindustrial 01 - produção com caráter artesanal e semiartesanal.

4.6. Ainda, no Anexo V - Lista de exemplos de atividades por tipologias de uso da Lei 2850/21, é possível consultar as atividades que enquadram-se nas tipologias permitidas na EDIL, conforme disposto no anexo (verificar itens já grifados para melhor compreensão/entendimento). Ressaltamos que, as atividades devem ainda observar o constante na Lei 2853/21, Anexo I, quando as atividades e empreendimentos com exigência de EIV, também disponibilizada anexo. Ademais, alertamos que, conforme a Lei 2851/21, Art. 3º, todas as ações de construir, reconstruir, reformar, restaurar, demolir, acrescentar ou decrescer espaços de edificações, transformar usos internos ou externos, regularizar construções existentes, bem como realizar quaisquer obras de infraestrutura em logradouros públicos, somente poderão ser executadas após concessão de licença pelo órgão municipal competente, e a observância do cumprimento das Leis vigentes. Contudo, este, não isenta o interessado de providenciar os demais licenciamentos e/ou anuências, junto aos demais órgãos ou esferas que se façam necessários (Ex: IAT e CBMPR...) " Com isto, torna-se necessário atender o Memorando Interno no 0296/2024, do Departamento de Urbanismo conforme anexo ao edital.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

## ANEXO III - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

UASG 987733

Estudo Técnico Preliminar 68/2024

### Estudo Técnico Preliminar 68/2024

#### 1. Informações Básicas

Número do processo:

#### 2. Descrição da necessidade

O presente estudo tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da concessão de direito real de uso sobre o bem terreno situado no Quinhão nº 7 do denominado Quiguay com área total de 2.226,12 m², destinado a instalação de novo empreendimento industrial e/ou comercial, como forma de prevenção da evasão de empreendimentos já existentes no município, bem como implantação de novas empresas.

#### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	FELIPE ZANOELLO

#### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- A oferta ou manutenção de, no mínimo, **08 (OITO) EMPREGOS DIRETOS**;
- Início das atividades de terraplanagem/instalação da indústria em, no máximo, 60 (sessenta) dias após a concessão, sendo que para as empresas que necessitarem de licenciamento ambiental ou outro de qualquer natureza, contar-se-á o prazo de 60 (sessenta) dias para início das atividades após a liberação da(s) referida(s) licença(s);
- Início das atividades em, no máximo, 08 (oito) meses contados da efetivação da concessão, assim considerada como sendo a outorga do respectivo título de concessão;
- Declaração de faturamento anual estimado em no mínimo R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- Capital social da empresa de no mínimo R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

#### 5. Levantamento de Mercado

Considerando o Memorando Interno nº 0296/2024, expedido pelo Departamento de Urbanismo, na data de 11 de outubro de 2024 (em anexo), o qual informa: "Prezado, Conforme consta na planta de levantamento topográfico de imóvel e seu memorial descritivo anexo, E ainda, de acordo com a Consulta de Viabilidade 185/2024, também disponível anexo e com base no mapeamento de Zoneamento do anexo único da Lei 2915/2022, considerando-se o exposto no Art. 42 da Lei 2850/21, constata-se que, o imóvel esta inserido na zona denominada EIXO DE DESENVOLVIMENTO IND. E LOGÍSTICO – EDIL.

Conforme Anexo IV - Quadro de Parâmetros de Uso do Solo - Zoneamento Urbano, da Lei 2850/21, são USOS PERMITIDOS da EDIL: Industrial de Transformação 01,02,03 e 04 (Qualquer porte); Comercial e de Serviços Setorial; Serviços Específicos 02 (postos de combustíveis e comércio varejista de combustível); Serviços Específicos 04 (infraestruturas urbanas de energia, água, esgoto, resíduos); Serviços intensivos em conhecimento técnico-científico; Industrial de Transformação 02 (Médio porte - área construída até 800m²); Industrial de Transformação 03; Industrial de Elevada Intensidade Tecnológica (Médio porte); Industrial de Elevada Intensidade Tecnológica (Grande porte); Condomínios Empresariais; Agroindustrial 01 - produção com caráter artesanal e semi-artesanal.

1 de 4



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

UASG 987733

Estudo Técnico Preliminar 68/2024

Ainda, no Anexo V - Lista de exemplos de atividades por tipologias de uso da Lei 2850/21, é possível consultar as atividades que enquadram-se nas tipologias permitidas na EDIL, conforme disposto no anexo (verificar itens já grifados para melhor compreensão/entendimento). Ressaltamos que, as atividades devem ainda observar o constante na Lei 2853/21, Anexo I, quando as atividades e empreendimentos com exigência de EIV, também disponibilizada anexo. Ademais, alertamos que, conforme a Lei 2851/21, Art. 3º, todas as ações de construir, reconstruir, reformar, restaurar, demolir, acrescer ou decrescer espaços de edificações, transformar usos internos ou externos, regularizar construções existentes, bem como realizar quaisquer obras de infraestrutura em logradouros públicos, somente poderão ser executadas após concessão de licença pelo órgão municipal competente, e a observância do cumprimento das Leis vigentes. Contudo, este memorando, não isenta o interessado de providenciar os demais licenciamentos e/ou anuências, junto aos demais órgãos ou esferas que façam-se necessários (Ex: IAT e CBMPR...) “

## 6. Descrição da solução como um todo

A indústria e comércio é uma importante área para trazer desenvolvimento ao município de Palmas e sua região e também uma importante fonte de renda para parcela da população.

Contudo, a permissão do direito de uso do imóvel público prescinde de processo seletivo público isonômico e sujeição dos participantes às regras e regulamentos da atividade.

Desta forma, outra opção não resta a municipalidade senão a realização de licitação na modalidade concorrência pública para a escolha (pelo critério de melhor técnica) dos interessados pessoas jurídicas.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Concessão de direito real de uso de área de terra com 2.226,12 m².

Relação e Descrição dos Itens:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO
1	1,00	SVÇ	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE LOTE DE TERRA MEDINDO 2.226,12 m², CONTENDO UM BARRACÃO CONSTRUÍDO EM ALVENARIA E COBERTURA DE ZINCO EM BOAS CONDIÇÕES E DIMENSÕES APROXIMADAS DE 220M².

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): ,01

Não se aplica.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se enquadra

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há.

2 de 4





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

UASG 987733

Estudo Técnico Preliminar 68/2024

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Não se aplica.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Desenvolvimento sustentável a partir da implantação de novas empresas.

## 13. Providências a serem Adotadas

Realizar estudo de impactos ambientais.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Conforme relatório de vistoria emitido pela secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, em resposta ao Memorando 0092/2024, datado de 07 de outubro de 2024, o qual segue em anexo:

"Tendo em vista os pontos tratados nesta verificação, pode-se observar, no imóvel em questão, que há uma área consolidada, com edificação e acesso particular. No entanto, devemos frisar que, tendo em vista as condições de solo e drenagem local, principalmente com relação a contribuição de água recebida e lançada diretamente no imóvel, assim como levando em conta a área vizinha, que aparentemente sofreu recente intervenção, de forma a não se ter uma caracterização exata do entorno, ampliações ou outras espécies de obras podem ser frustradas. Condições específicas devem ser avaliadas com cautela, como tipologia de solo local, capacidade de absorção e infiltração de água no solo, entre outros. Neste caso, testes específicos (percolação, sondagens, entre outros da área civil) devem ser realizados visando garantir a possibilidade, ou não, de edificação no local. Em casos de constatação de área úmida, devem ser levadas em consideração as distâncias mínimas não edificáveis, que constam na legislação ambiental. Com relação ao empreendimento que for ser instalado no local, antes de sua instalação, deve ser realizado o respectivo processo de licenciamento ambiental da atividade, conforme critérios do Instituto Água e Terra – IAT."

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Conclui-se que é viável realizar o processo de concessão de direito de uso real do imóvel.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

UASG 987733

Estudo Técnico Preliminar 68/2024

**FERNANDO GILBERTO BADOTTI DA SILVA**

DIRETOR DE DEPARTAMENTO



Assinou eletronicamente em 15/10/2024 às 09:20:02.

**FELIPE ZANOELLO**

SECRETÁRIO MUNICIPAL



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

## ANEXO IV - TERMO DE REFERÊNCIA



ESTADO DO PARANÁ

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

Av. Clevelandia, 521 - Cx P. 111 - (46) 3263-7000 - CEP 85555-000 - Palmas - PR

### SOLICITAÇÃO

Senhor Prefeito,

Em respeito ao disposto na Lei n. 14.133, de 01 de abril de 2021, a Administração Pública Municipal caracteriza a existência de interesse público na presente concessão, diante do fato de que os imóveis públicos devem cumprir seu papel no desenvolvimento do município e que o fomento à implantação de empreendimentos Comerciais e/ou Industriais em perímetro destinado para este fim é uma forma de proporcionar o aumento da receita municipal, bem como, criar empregos, atendendo também a função social a que se propõe a Administração Pública Municipal.

O objetivo primordial das concessões é o fomento à instalação de novos empreendimentos Comerciais e/ou Industriais e a prevenção da evasão de empreendimentos já existentes no município, mas cujas empresas não dispõem de terreno e infraestrutura instalada própria, exercendo, atualmente, suas atividades mediante locação, permuta, comodato ou espécie similar.

Nestes termos pede deferimento.

Palmas, 23 de setembro de 2024.

  
Felipe Zanoello

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Aprovo, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Kosmos Panayotis Nicolaou

Prefeito Municipal

APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA E AUTORIZO

A REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO. (inciso II, Art. 9º, Decreto nº 5.450/05)

I



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná



ESTADO DO PARANÁ

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

Av. Clevelândia, 521 - Cx P. 111 - (46) 3263-7000 - CEP 85555-000 - Palmas - PR

### TERMO DE REFERENCIA 06/2023

#### 1. JUSTIFICATIVA

1.1 Em respeito ao disposto na Lei n. 14.133, de 01 de abril de 2021, a Administração Pública Municipal caracteriza a existência de interesse público na presente concessão, diante do fato de que os imóveis públicos devem cumprir seu papel no desenvolvimento do município e que o fomento à implantação de empreendimentos Comerciais e/ou Industriais em perímetro destinado para este fim é uma forma de proporcionar o aumento da receita municipal, bem como, criar empregos, atendendo também a função social a que se propõe a Administração Pública Municipal.

1.2 O objetivo primordial das concessões é o fomento à instalação de novos empreendimentos Comerciais e/ou Industriais e a prevenção da evasão de empreendimentos já existentes no município, mas cujas empresas não dispõem de terreno e infraestrutura instalada própria, exercendo, atualmente, suas atividades mediante locação, permuta, comodato ou espécie similar.

1.3 TIPO MAIOR OFERTA, previsto no inciso V, do art. 33, da Lei Federal nº 14.133/2021, às empresas que tenham interesse de desenvolver ou continuar desenvolvendo suas atividades comerciais ou industriais neste Município, desde de que em observância com o que preconiza o Plano Diretor, para a respectiva zona, e conforme autoriza a Lei Municipal nº 2850/21; cujos critérios para a escolha encontram-se previstos neste edital, e legislações aplicáveis, sendo que para a participação dos interessados haverá a necessidade de apresentação de projeto de empreendimento junto ao Setor de Licitações com data e horário definidos em conformidade com o edital de licitação.

#### 2. OBJETIVO

2.1 A presente licitação tem por objeto a concessão de direito real de uso sobre bem imóvel abaixo arrolado, pelo período de 15 anos, desde que cumpridos os requisitos e a finalidade da concessão, localizado na área indicada, de propriedade do Município, com a finalidade de incentivo e estímulo à instalação de empresa ou a prevenção de sua evasão do município, e a geração de emprego e renda, e cláusula de reversão, constante da descrição abaixo, conforme autoriza a Lei Municipal nº 2550, de 20 de dezembro de 2017.

#### 3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

3.1 Imóvel localizado no QUINHÃO Nº 07 DO IMÓVEL DENOMINADO QUIGUAY, localizado no perímetro do trevo de acesso ao município, pertencente a matrícula nº 4.361 devidamente cadastrada no Registro de Imóveis, com área de 2.226,00 m<sup>2</sup> (dois mil duzentos e vinte seis metros quadrados) contendo edificação (barracão em alvenaria) de 220 m<sup>2</sup> (duzentos e vinte metros quadrados).

3.2 – As condições mínimas para fazer jus à concessão de que trata este Edital são:

3.2.1 - Investimento mínimo inicial, na área a ser concedida, de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

3.2.2 - A oferta ou manutenção de, no mínimo, **08 (OITO) EMPREGOS DIRETOS**;

3.2.3 - Início das atividades de terraplanagem/instalação da indústria em, no máximo, 60 (sessenta) dias após a concessão, sendo que para as empresas que necessitarem de licenciamento ambiental ou outro de qualquer natureza, contar-se-á o prazo de 60 (sessenta) dias para início das atividades após a liberação da(s) referida(s) licença(s);

3.2.4 - Início das atividades em, no máximo, 08 (oito) meses contados da efetivação da concessão, assim considerada como sendo a outorga do respectivo título de concessão;

3.2.5 - Declaração de faturamento anual estimado em no mínimo R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

3.2.6 - Capital social da empresa de no mínimo R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

3.3A área de terra a ser concedida, com encargos e cláusula de reversão é destinada à finalidade específica de servir para instalação de empresas que atendam as condições mínimas exigidas no presente termo de referência;

## 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

4.1 Somente poderão participar da concessão de direito real de uso sobre bens imóveis empresas que apresentarem um projeto (escrito) do empreendimento a ser realizado na área objeto da concessão de que trata o presente termo de referência;

4.2 – O projeto de que trata o item 4.1 será elaborado em conformidade com a pretensão da utilização da área, para o fim específico de sua destinação, e constará, no mínimo:

4.2.1 – A demonstração do enquadramento da(s) atividade(s) fim/fins do empreendimento nos termos do que preconiza o Plano Diretor Municipal vigente como admissível para a respectiva zona;

4.2.2 - A demonstração dos tributos a serem gerados (espécies e quantitativos);

4.2.3 - O orçamento geral do empreendimento;

4.2.4 - A documentação legal da constituição da empresa proponente;

4.2.5 - Certidões Negativas de Débitos junto aos Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipal, Instituto Nacional de Seguro Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

4.2.6 - O número de empregos a serem oferecidos direta e indiretamente;

4.2.7 – Menção e previsão expressa do atendimento das condições mínimas previstas no item 3.3, supra.

4.3 – O projeto de empreendimento referido nos itens **4.1** e **4.2** será imediatamente submetido à análise da Comissão Especial de Licitação para análise da concessão de direito real de uso sobre bens imóveis do Município, nomeada pelo Decreto nº 3.696, em 10 de julho de 2020, com a finalidade de aprovação de Concessão de terrenos localizados na área Industrial, que examinará objetivamente os requisitos exigidos no projeto de utilização da área para o fim específico de sua destinação, e emitirá parecer ao Setor de Licitações aprovando ou reprovando o projeto de empreendimento, sobre o qual terão os interessados prazo de 24 horas para recurso endereçado à Comissão Permanente de Licitações do Município, que poderá suspender as fases seguintes até a emissão de resposta.

4.3.1 – Caberá exclusivamente a Comissão Especial De Licitação Para Análise Da Concessão De Direito Real De Uso Sobre Bens Imóveis Do Município a análise do atendimento do subitem **4.2.1**, pelos projetos apresentados;

4.3.2 – Caberá a Comissão Especial De Licitação Para Análise Da Concessão De Direito Real De Uso Sobre Bens Imóveis Do Município a análise das demais exigências enumeradas no item **4.2.**;

4.3.3 – Dar-se à publicidade da decisão do Comissão Especial De Licitação Para Análise Da Concessão De Direito Real De Uso Sobre Bens Imóveis Do Município e proporcionar-se-á prazo de 24 horas para recurso de qualquer interessado;

4.4 – Somente os interessados que tiverem os projetos de empreendimento aprovados pelo Comissão Especial De Licitação Para Análise Da Concessão De Direito Real De Uso Sobre Bens Imóveis Do Município poderão continuar participando da concessão de direito real de uso sobre bens imóveis.

4.5 – Não poderá participar da concessão de direito real de uso sobre bens imóveis a empresa que tenha sido declarada inidônea ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar com a administração pública, por qualquer órgão, em quaisquer dos níveis da administração pública dentro do território nacional.

4.6 - Não poderá participar da concessão de direito real de uso sobre bens imóveis empresa concordatária ou que estiver sob regime de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

4.7 - Não poderá participar da concessão de direito real de uso sobre bens imóveis direta ou indiretamente da licitação, servidor, agente político ou responsável pela licitação, na forma do art. 14º, IV, da Lei nº 14.133/21.

### 4.8 DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E UTILIZAÇÃO

4.8.1 Considerando o Memorando Interno nº 0092/2024, expedido pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, na data de 07 de outubro de 2024, na qual destaca ser necessário que: " (...)Trata-se de um ponto de lançamento de água, possivelmente de drenagem da região, vendo em vista a presença de manilhas de concreto findado neste ponto específico.

Dessa forma, no local forma-se uma espécie de canal, com fluxo direto de água corrente (fato observado em 25 de setembro de 2024, onde a última chuva significativa ocorreu no dia 20 de setembro de 2024).

Tendo em vista as condições topográficas, pode se tratar de drenagem de águas pluviais, ou até mesmo de águas de origem em nascentes da região. Tal situação necessita de estudo mais aprofundado quanto a tipografia local, visando verificar as condições de contribuição das águas destas origens.

**Da avaliação do local:** Tendo em vista os pontos tratados nesta verificação, pode-se observar, no imóvel em questão, que há uma área consolidada, com edificação e acesso particular. No entanto, devemos frisar que, tendo em vista as condições de solo e drenagem local, principalmente com relação a contribuição de água recebida e lançada diretamente no imóvel, assim como levando em conta a área vizinha, que aparentemente sofreu recente intervenção, de forma a não se ter uma caracterização exata do entorno, ampliações ou outras espécies de obras podem ser frustradas. Condições específicas devem ser avaliadas com cautela, como tipologia de solo local, capacidade de absorção e infiltração de água no solo, entre outros. Neste caso, testes específicos (percolação, sondagens, entre outros da área civil) devem ser realizados visando garantir a possibilidade, ou não, de edificação no local. Em casos de constatação de área úmida, devem ser levadas em consideração as distâncias mínimas não edificáveis, que constam na legislação ambiental. Com relação ao empreendimento que for ser instalado no local, antes de sua instalação, deve ser realizado o respectivo processo de licenciamento ambiental da atividade, conforme critérios do Instituto Água e Terra – IAT."

Com isto, torna-se necessário atender ao Ofício Interno nº 0092/2024, da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente conforme texto acima.

4.8.2 Considerando o Memorando Interno nº 0296/2024, expedido pelo Departamento de Urbanismo, na data de 11 de outubro de 2024, o qual informa:

"Prezado, Conforme consta na planta de levantamento topográfico de imóvel e seu memorial descritivo anexo, E ainda, de acordo com a Consulta de Viabilidade 185/2024, também disponível anexo e com base no mapeamento de Zoneamento do anexo único da



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

Lei 2915/2022, considerando-se o exposto no Art. 42 da Lei 2850/21, constata-se que, o imóvel esta inserido na zona denominada EIXO DE DESENVOLVIMENTO IND. E LOGÍSTICO – EDIL.

Conforme Anexo IV - Quadro de Parâmetros de Uso do Solo - Zoneamento Urbano, da Lei 2850/21, são USOS PERMITIDOS da EDIL: Industrial de Transformação 01,02,03 e 04 (Qualquer porte); Comercial e de Serviços Setorial; Serviços Específicos 02 (postos de combustíveis e comércio varejista de combustível); Serviços Específicos 04 (infraestruturas urbanas de energia, água, esgoto, resíduos); Serviços intensivos em conhecimento técnico-científico; Industrial de Transformação 02 (Médio porte - área construída até 800m²); Industrial de Transformação 03; Industrial de Elevada Intensidade Tecnológica (Médio porte); Industrial de Elevada Intensidade Tecnológica (Grande porte); Condomínios Empresariais; Agroindustrial 01 - produção com caráter artesanal e semi-artesanal.

Ainda, no Anexo V - Lista de exemplos de atividades por tipologias de uso da Lei 2850/21, é possível consultar as atividades que enquadram-se nas tipologias permitidas na EDIL, conforme disposto no anexo (verificar itens já grifados para melhor compreensão/entendimento). Ressaltamos que, as atividades devem ainda observar o constante na Lei 2853/21, Anexo I, quando as atividades e empreendimentos com exigência de EIV, também disponibilizada anexo. Ademais, alertamos que, conforme a Lei 2851/21, Art. 3º, todas as ações de construir, reconstruir, reformar, restaurar, demolir, acrescer ou decrescer espaços de edificações, transformar usos internos ou externos, regularizar construções existentes, bem como realizar quaisquer obras de infraestrutura em logradouros públicos, somente poderão ser executadas após concessão de licença pelo órgão municipal competente, e a observância do cumprimento das Leis vigentes. Contudo, este memorando, não isenta o interessado de providenciar os demais licenciamentos e/ou anuências, junto aos demais órgãos ou esferas que façam-se necessários (Ex: IAT e CBMPR...) “

Com isto, torna-se necessário atender o Memorando Interno nº 0296/2024, do Departamento de Urbanismo conforme texto acima.

## 5. DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA

5.1 As empresas que pretendem participar da concessão de direito real de uso sobre bens imóveis e que tiverem seus projetos aprovados na forma do item 4, acima deverão apresentar a seguinte documentação:

### 5.1.1 DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA:

5.1.1.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

5.1.1.2 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

5.1.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.1.1.4 Cópia da Cédula de identidade dos sócios-gerentes e do Cadastro de Pessoa Física – CPF. (será dispensável a apresentação de cópia do CPF se sua numeração constar do documento de identidade apresentado);

### 5.1.2 DOCUMENTAÇÃO FISCAL:

5.1.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.1.2.2 - Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União;

5.1.2.3 - Certidão Negativa de débito para com a Fazenda Estadual;

5.1.2.4 - Certidão Negativa de débito (gerais e ISSQN) com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

5.1.2.5 - Certidão Negativa de débito (CND) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

5.1.2.6 - Certificado de Regularidade de Situação (CRS), perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

5.1.2.7 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

### 5.1.3 DOCUMENTAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

5.1.3.1 - Certidão Negativa de Falência, recuperação judicial e extrajudicial expedida pela Comarca sede do proponente, expedida a menos de 60 (sessenta) dias da data de julgamento deste Edital;

5.1.3.2 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentados na forma da Lei que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três (03) meses da data de apresentação da proposta, sendo que, para efeitos de comprovação da boa situação financeira do licitante, deverá demonstrar patrimônio líquido ou capital social integralizado igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

5.1.3.2.1 - As empresas que iniciaram seu exercício no atual exercício fiscal, deverão apresentar o balanço patrimonial de integralização, devidamente registrado na JUCEPAR para demonstrar o exigido nesta alínea.

5.1.3.3 - Declaração firmada pela licitante acerca da estrita observância do art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal (declaração expressa de que a empresa não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos); sendo que a eventual revelação do descumprimento da regra acarretará imediata inabilitação ou desclassificação do certame, conforme a fase em que se encontre;

5.1.3.4 - Declaração da licitante de que não existem fatos impeditivos para sua habilitação e que não está impedida de contratar com a Administração Pública.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

5.2 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.2.1 As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem participar deste certame, usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

5.2.2 A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

5.2.3 . - Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa.

5.2.4 - As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

5.2.5 - A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de 60 (sessenta) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

5.2.6 - Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

## 6. CRITÉRIOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA MELHOR OFERTA

### 6.1 - Do Investimento Declarado

a) Para comprovação do investimento declarado, deverá ser anexado à proposta técnica, declaração de Investimento mínimo, na área a ser concedida, de no mínimo R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), entre obras civis, máquinas, frotas e equipamentos; e para cada R\$ 100.000,00 (cem mil reais), ou fração inferior, de investimento declarado, superiores ao quantum taxado como mínimo no item 3.2.1 do Termo de Referência, corresponderá a 1(um) ponto, conforme exemplo da tabela abaixo:

A ---- De R\$ 500.000,01 a R\$ 600.000,00 ---- 1,0 ponto

B ---- De R\$ 600.000,01 a R\$ 700.000,00 ---- 2,0 pontos

C ---- De R\$ 700.000,01 a R\$ 800.000,00 ---- 3,0 pontos e assim sucessivamente.

### 6.2 - Do Capital Social da empresa:

a) Para comprovação do capital social, deverá ser anexado à proposta técnica, documento comprobatório que comprove o capital social integralizado e certidão simplificada da junta comercial, Capital Social da empresa deverá ser de no mínimo R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); e para cada R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) de capital social da empresa, ou fração inferior, superiores ao quantum previsto como mínimo no item 3.2.6 do





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

Termo de Referência, corresponderá 0,5 (meio) ponto, conforme exemplo da tabela abaixo:

A -----De R\$ 50.000,01 a R\$ 60.000,00 ----- 0,5 ponto

B ----- De R\$ 60.000,01 a R\$ 70.000,00 ----- 1,0 pontos

C ----- De R\$ 70.000,01 a R\$ 80.000,00 ----- 1,5 pontos e assim sucessivamente.

### 6.3 – Da Declaração de faturamento anual estimado:

a) Para comprovação da declaração de faturamento anual estimado, deverá ser anexado à proposta técnica, documento comprobatório que apresente o planejamento do faturamento anual estimado da empresa, que deve ser de no mínimo R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e para cada R\$ 100.000,00 (cem mil reais) de faturamento anual a mais, ou fração inferior, superiores ao quantum previsto como mínimo no item 3.2.5 do Termo de Referência, corresponderá 1(um) ponto, conforme exemplo da tabela abaixo:

A -----De R\$ 1.000.000,01 a R\$ 1.100.000,00 ---- 1,0 pontos

B -----De R\$ 1.100.000,01 a R\$ 1.200.000,00 ---- 2,0 pontos

C -----De R\$ 1.200.000,01 a R\$ 1.300.000,00 ----- 3,0 pontos e assim sucessivamente.

### 6.4 – Da Empregabilidade (empregos diretos):

a) Para comprovação da proposta de empregos diretos, deverá ser anexado à proposta técnica, documento comprobatório que apresente o planejamento da contratação dos números de empregos diretos, conforme previsto no art. 17º, III, b, da Lei 2550/2017, “quantidade de empregos diretos a serem criados pela empresa, com a construção ou ampliação”

Conforme o termo de Referência em seu item 3.2.2, há a exigência de no mínimo 08 empregos diretos, e cada emprego direto oferecido a mais, contará como 01 (um) ponto.

5 - Em caso de empate, será consagrada vencedora aquela que oferecer o maior retorno de imposto ao município;

6 – Em caso de empate pelo maior retorno de impostos ao município, será consagrada vencedora aquela que oferecer o maior número de empregos diretos;

6 - No caso de absoluta igualdade entre o número de retorno de impostos e o número de empregos diretos, a empresa que possuir maior grau de inovação e investimento será declarada vencedora;

Desde já agradecemos as providências,

]Palmas, 23 de setembro de 2024.

Felipe Zanoello

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

IX





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

Aprovo, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Kosmos Panayotis Nicolaou  
Prefeito Municipal

*APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA E AUTORIZO  
A REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO.*

*(inciso II, Art. 9º, Decreto nº 5.450/05)*

*Y*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

Estado do Paraná

Secretaria de Agricultura, Pecuária e  
Meio Ambiente

### RELATÓRIO DE VISTORIA REFERENTE AO MEMORANDO Nº 0092/2024 – DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

A presente vistoria teve por objetivo verificar as condições ambientais de um imóvel denominado Quiguay, localizado no quadro urbano deste município, no Quinhão 7, pertencente a Matrícula nº 4361 do Registro de Imóveis de Palmas/PR, visando a instalação de uma indústria no local.

#### 1. Do imóvel em questão:

Através do Departamento de Urbanismo, tivemos acesso à delimitação do imóvel, ao qual refere-se a solicitação do Memorando nº 0092/2024 do Departamento de Indústria e Comércio.

Neste local, demarcado conforme imagem 02, abaixo, percebe-se já haver um barracão edificado, com grande área do lote, em sua frente, desocupada.

A fachada do imóvel pode ser verificada na Imagem 01, a seguir.



Imagem 01 – Fachada do imóvel em questão.

Rua: José Joaquim Bahls, S/N; Bairro: Alto da Glória; Palmas/ PR; 85.691.226  
Fone: (46) 3263 7006; e-mail: agricultura@pmp.pr.gov.br

0107



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

Estado do Paraná

Secretaria de Agricultura, Pecuária e  
Meio Ambiente

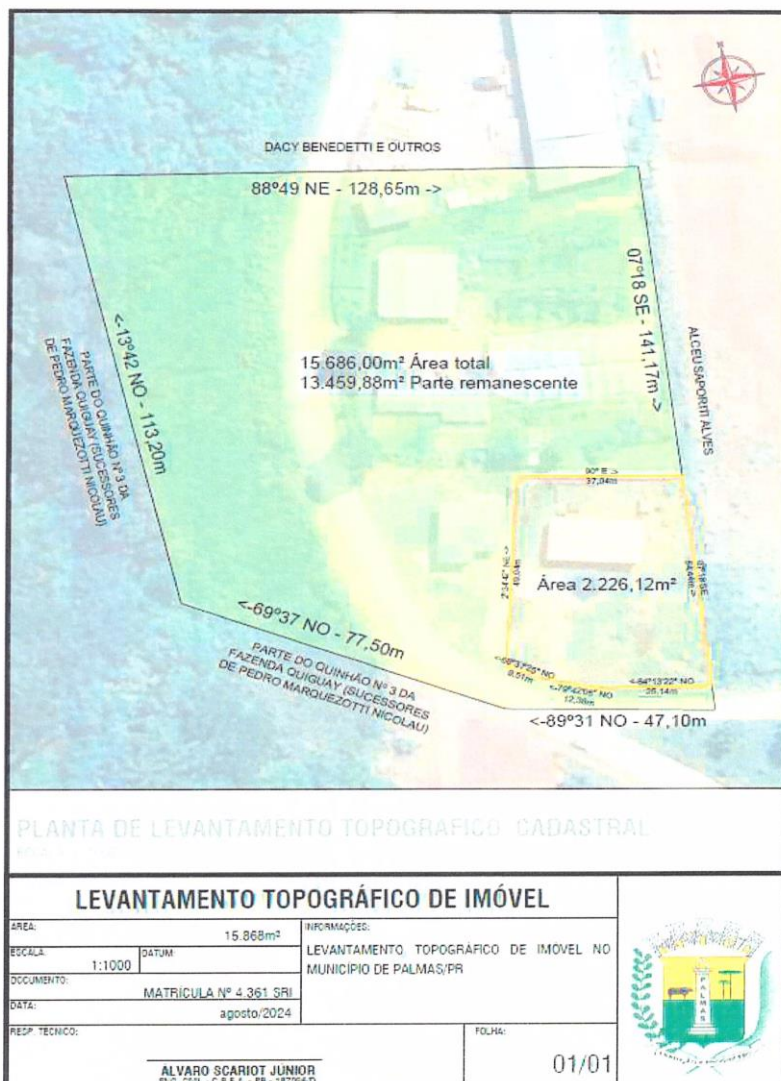


Imagem 02 – Delimitação do imóvel a ser analisado.

Fonte: Departamento de Urbanismo.

Observação: O imóvel em questão está delimitado em amarelo.

Rua: José Joaquim Bahls, S/N; Bairro: Alto da Glória; Palmas/ PR; 85.691.226  
Fone: (46) 3263 7006; e-mail: agricultura@pmp.pr.gov.br

02/07





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

Estado do Paraná  
Secretaria de Agricultura, Pecuária e  
Meio Ambiente

Buscando por imagem de satélite, através da ferramenta Google maps, foi possível uma verificação geral do imóvel, onde pode-se observar a Imagem 03.



Imagem 03 – Visão geral do imóvel  
Fonte: Google maps

Através da imagem acima, de início, chama a atenção as duas formações escurecidas, destacadas na Imagem 04, a seguir.



Imagem 04 – Formações em destaque na imagem de satélite do imóvel em análise  
Fonte: Adaptado de Google maps

Rua: José Joaquim Bahls, S/N; Bairro: Alto da Glória; Palmas/ PR; 85.691.226  
Fone: (46) 3263 7006; e-mail: agricultura@pmp.pr.gov.br

03/07

*Handwritten signature*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

Estado do Paraná

Secretaria de Agricultura, Pecuária e  
Meio Ambiente

Em verificação *in loco*, pôde-se observar que a formação próxima ao barracão, trata-se de restos de pó de brita, ali depositado, conforme pode ser verificado na Imagem 05.

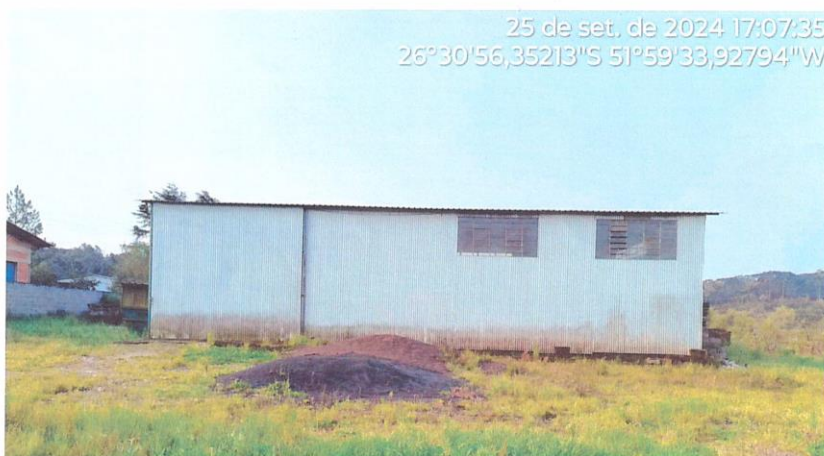


Imagem 05 – Depósito de pó de brita em frente ao barracão

Já o outro ponto destacado na Imagem 04, trata-se de um ponto de lançamento de água, possivelmente de drenagem da região, tendo em vista a presença de manilhas de concreto findando neste ponto específico.

Desta forma, no local forma-se uma espécie de canal, com fluxo direto de água corrente (fato observado em 25 de setembro de 2024, onde a última chuva significativa ocorreu no dia 20 de setembro de 2024).

Tendo em vista as condições topográficas, pode se tratar de drenagem de água pluviais, ou até mesmo de águas de origem em nascentes da região. Tal situação necessita de estudo mais aprofundado quanto a topografia local, visando verificar as condições de contribuição das águas destas origens.

A Imagem 06, a seguir, demonstra tal contribuição de águas.

Rua: José Joaquim Bahls, S/N; Bairro: Alto da Glória; Palmas/ PR; 85.691.226  
Fone: (46) 3263 7006; e-mail: agricultura@pmp.pr.gov.br

04/07





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

**Estado do Paraná**

**Secretaria de Agricultura, Pecuária e  
Meio Ambiente**



Imagem 06 – Ponto de lançamento de água, através de manilha

Rua: José Joaquim Bahis, S/N; Bairro: Alto da Glória; Palmas/ PR; 85.691.226  
Fone: (46) 3263 7006; e-mail: agricultura@pmp.pr.gov.br

05/07

17



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

**Estado do Paraná**

**Secretaria de Agricultura, Pecuária e  
Meio Ambiente**

### **2. Da circunvizinhança**

Com relação a área onde está inserido o imóvel em questão, ao verificar a circunvizinhança próxima, podemos verificar a situação indicada na Imagem 07.



Imagem 07 – Circunvizinhança  
Fonte: Adaptado de Google maps

Com relação a Imagem 07, podemos verificar a indicação dos números 01, 02 e 03, que tratam de situações específicas da região em questão.

Desta forma, temos que:

01 – formação típica de áreas úmidas na região mais baixa do terreno, com vegetação nativa de maior porte a medida que se afasta do eixo da via existente.

02 – área antropisada, com edificações já consolidadas.

03 – trata-se de uma área recentemente modificada, com inserção de solo, onde verifica-se, inclusive, um corte que passa pelo limite do terreno em avaliação, possivelmente para escoamento de águas.

Rua: José Joaquim Bahls, S/N; Bairro: Alto da Glória; Palmas/ PR; 85.691.226  
Fone: (46) 3263 7006; e-mail: agricultura@pmp.pr.gov.br

06/07



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

Estado do Paraná

Secretaria de Agricultura, Pecuária e  
Meio Ambiente

### 3. Da avaliação do local

Tendo em vista os pontos tratados nesta verificação, pode-se observar, no imóvel em questão, que há uma área consolidada, com edificação e acesso particular. No entanto, devemos frisar que, tendo em vista as condições de solo e drenagem local, principalmente com relação a contribuição de água recebida e lançada diretamente no imóvel, assim como levando em conta a área vizinha, que aparentemente sofreu recente intervenção, de forma a não se ter uma caracterização exata do entorno, ampliações ou outras espécies de obras podem ser frustradas. Condições específicas devem ser avaliadas com cautela, como tipologia de solo local, capacidade de absorção e infiltração de água no solo, entre outros.

Neste caso, testes específicos (percolação, sondagens, entre outros da área civil) devem ser realizados visando garantir a possibilidade, ou não, de edificação no local.

Em casos de constatação de área úmida, devem ser levadas em consideração as distâncias mínimas não edificáveis, que constam na legislação ambiental.

Com relação ao empreendimento que for ser instalado no local, antes de sua instalação, deve ser realizado o respectivo processo de licenciamento ambiental da atividade, conforme critérios do Instituto Água e Terra – IAT.

Palmas, 07 de outubro de 2024.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** THIAGO DEMCZUK  
Data: 07/10/2024 09:15:00-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Thiago Demczuk  
Engenheiro Ambiental

Rua: José Joaquim Bahls, S/N; Bairro: Alto da Glória; Palmas/ PR; 85.691.226  
Fone: (46) 3263 7006; e-mail: [agricultura@pmp.pr.gov.br](mailto:agricultura@pmp.pr.gov.br)

07/07





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná



ESTADO DO PARANÁ

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

Av. Clevelândia, 521 - Cx P. 111 - (46) 3263-7000 - CEP 85555-000 - Palmas - PR

### MEMORANDO Nº: 0296/2024

DE: DEPARTAMENTO DE URBANISMO

PARA: DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AOS CUIDADOS DE: FERNANDO GILBERTO BADOTTI DA SILVA

ASSUNTO: RESPOSTA AO MEMORANDO Nº 91/2024

Prezado,

Conforme consta na planta de levantamento topográfico de imóvel e seu memorial descritivo anexo,

E ainda, de acordo com a Consulta de Viabilidade 185/2024, também disponível anexo e com base no mapeamento de Zoneamento do anexo único da Lei 2915/2022, considerando-se o exposto no Art. 42 da Lei 2850/21, constata-se que, o imóvel esta inserido na zona denominada **EIXO DE DESENVOLVIMENTO IND. E LOGÍSTICO – EDIL.**

Conforme Anexo IV "Quadro de Parâmetros de Uso do Solo - Zoneamento Urbano, da Lei 2850/21, são **USOS PERMITIDOS** da EDIL:

Industrial de Transformação 01,02,03 e 04 (Qualquer porte);

Comercial e de Serviços Setorial;

Serviços Específicos 02 (postos de combustíveis e comércio varejista de combustível);

Serviços Específicos 04 (infraestruturas urbanas de energia, água, esgoto, resíduos);

Serviços intensivos em conhecimento técnico-científico;

Industrial de Transformação 02 (Médio porte - área construída até 800m²);

Industrial de Transformação 03;

Industrial de Elevada Intensidade Tecnológica (Médio porte);

Industrial de Elevada Intensidade Tecnológica (Grande porte);

Condomínios Empresariais;

Agroindustrial 01 - produção com caráter artesanal e semi-artesanal.

11/10/2024 13:35:54

Elaborado por: DAIANE ALINE GROOTERS

*Daiane A. Grooters*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná



ESTADO DO PARANÁ

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

Av. Clevelândia, 521 - Cx P. 111 - (46) 3263-7000 - CEP 85555-000 - Palmas - PR

Ainda, no Anexo V - Lista de exemplos de atividades por tipologias de uso da Lei 2850/21, é possível consultar as atividades que enquadram-se nas tipologias permitidas na EDIL, conforme disposto no anexo (verificar itens já grifados para melhor compreensão/entendimento).

Ressaltamos que, as atividades devem ainda observar o constante na Lei 2853/21, Anexo I, quando as atividades e empreendimentos com exigência de EIV, também disponibilizada anexo.

Ademais, alertamos que, conforme a Lei 2851/21, Art. 3º, todas as ações de construir, reconstruir, reformar, restaurar, demolir, acrescer ou decrescer espaços de edificações, transformar usos internos ou externos, regularizar construções existentes, bem como realizar quaisquer obras de infraestrutura em logradouros públicos, somente poderão ser executadas após concessão de licença pelo órgão municipal competente, e a observância do cumprimento das Leis vigentes.

Contudo, este memorando, não isenta o interessado de providenciar os demais licenciamentos e/ou anuências, junto aos demais órgãos ou esferas que façam-se necessários (Ex: IAT e CBMPR...).

Sendo o que havia para o momento,

Votos de elevada estima e consideração.

Palmas - PR, 25 de setembro de 2024

*Daiane A. Grooders*  
DAIANE ALINE GROODERS  
ENGENHEIRO CIVIL

**Daiane Aline Grooders**  
Diretora de Urbanismo

11/10/2024 13:35:54

Elaborado por: DAIANE ALINE GROODERS

11

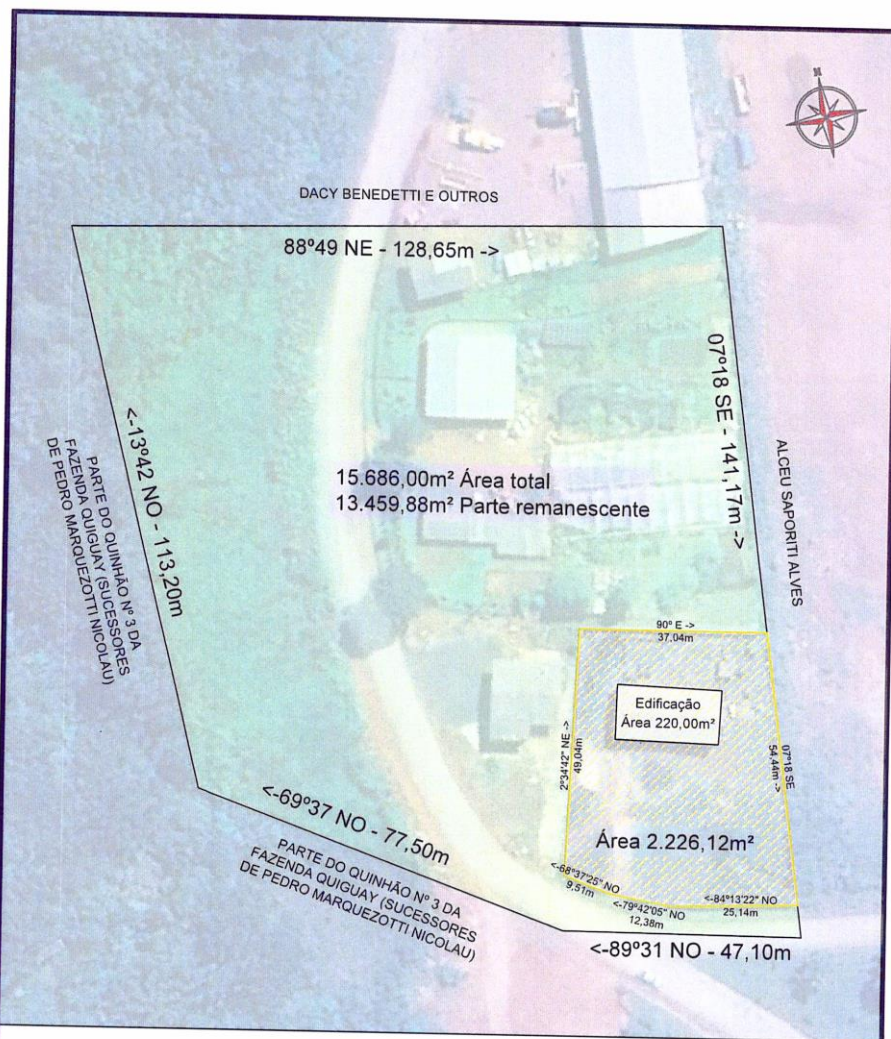




# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná



PLANTA DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO CADASTRAL

## LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE IMÓVEL

ÁREA:	15.868m²	INFORMAÇÕES:	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE IMÓVEL NO MUNICÍPIO DE PALMAS/PR
ESCALA:	1:1000	DATUM:	
DOCUMENTO:	MATRÍCULA Nº 4.361 SRI		
DATA:	agosto/2024		
RESP. TÉCNICO:	ÁLVARO SCARIOT JÚNIOR ENG. CIVIL - C.R.E.A. - PR - 187096/D	FOLHA:	01/01





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

## **MEMORIAL DESCRITIVO DE SITUAÇÃO PARTE DO QUINHÃO Nº 7 - QUIGUAY**

**MUNICÍPIO DE PALMAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

**PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE PALMAS**

**CARACTERÍSTICAS:** O referido lote é parte do terreno registrado na matrícula sob nº 4.361, do Registro de imóveis desta comarca. Está situado no quadro urbano desta cidade, no Quinhão nº 7 do imóvel denominado Quiguay.

**ÁREA:** 2.226,12 m².

### **CONFRONTANTES:**

Partindo do marco 0=PP, segue por linha seca dividindo com Parte Do mesmo Quinhão Nº 7 - Quiguay, com os seguintes rumos e distâncias: 84°13'22" NO e 74,40 m; 79°42'05" NO e 12,38 m; 68°37'25" NO e 9,51 m; 2°34'42" NE e 49,04 m; 90° E e 37,04 m; deste segue por uma cerca confrontando com terrenos Alceu Saporiti Alves, com o rumo de 07°18' SE e à distância de 54,44 m até o marco 0=PP, onde teve início a presente descrição.

Palmas, 29 de agosto de 2024.

Álvaro Scariot Júnior  
Engenheiro civil CREA PR 187.096/D  
Departamento de Urbanismo

IV







# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

			
ESTADO DO PARANÁ			
DEPARTAMENTO DE URBANISMO - PALMAS/PR			
<b>CONSULTA DE VIABILIDADE PARA PROJETO Nº185/24</b>			
>DADOS DO PROPRIETÁRIO DA OBRA<			
NOME DO PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS			
ENDEREÇO DO TERRENO: ESTRADA PEDRO MENDES JÚNIOR			
>DADOS DO TERRENO<			
ÁREA DO TERRENO: 2226,12 m²			
SETOR:	QUADRA:	LOTE:	BAIRRO:
>ZONEAMENTO<			
ZONA: EIXO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E LOGÍSTICO			
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO - MÍN.: 0,0   BÁSICO: 1,5   MÁX.: -			
ÁREA MÍNIMA DE LOTE: 1.000,00m².		TESTADA MÍNIMA DE LOTE: 15,00m.	
TAXA DE OCUPAÇÃO: 65%.		TAXA DE PERMEABILIZAÇÃO MÍNIMA: 25% (b).	
ESTACIONAMENTO: CONFORME LEI Nº2851/21.		Nº DE PAVIMENTOS - BÁSICO: ATÉ 4(g)   MÁX.: -	
AFAST. LATERAL: 1,50m (c).		AFAST. FUNDOS: 1,50m (c).	
RECUEO FRONTAL: BASE E TORRE - 5,0m.		RECREAÇÃO: CONFORME LEI Nº2851/21.	
>PARÂMETROS DE USO DO SOLO<			
USOS PERMITIDOS - INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO 01, 02, 03 E 04 (QUALQUER PORTE); COMERCIAL E DE SERVIÇOS SETORIAL; SERVIÇOS ESPECÍFICOS 02 (POSTOS DE COMBUSTÍVEIS E COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEL); SERVIÇOS ESPECÍFICOS 04 (INFRAESTRUTURAS URBANAS DE ENERGIA, ÁGUA, ESGOTO, RESÍDUOS); SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO; INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO 02 (MÉDIO PORTE - ÁREA CONSTRUÍDA ATÉ 800M²); INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO 03; INDUSTRIAL DE ELEVADA INTENSIDADE TECNOLÓGICA (MÉDIO PORTE); INDUSTRIAL DE ELEVADA INTENSIDADE TECNOLÓGICA (GRANDE PORTE); CONDOMÍNIOS EMPRESARIAIS; AGROINDUSTRIAL 01 - PRODUÇÃO COM CARÁTER ARTESANAL E SEMIARTESANAL.			
>ATENÇÃO<			
É VEDADA A AUTORIZAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO ÀS MARGENS DE QUALQUER CURSO D'ÁGUA NAS ÁREAS URBANA CONSOLIDADA E RURAL, CONFORME ESTABELECIDO NA LEI Nº12.651/2012 (CÓDIGO FLORESTAL) E DECISÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.			
ESTE DOCUMENTO É INFORMATIVO E NÃO FORNECE O DIREITO DE CONSTRUÇÃO.			
Ass. e carimbo do funcionário responsável e data do despacho		 Documento assinado digitalmente CARINE ALCANTARA DE JESUS Data: 11/10/2024 15:05:40-0300 Verifique em <a href="https://validar.iti.gov.br">https://validar.iti.gov.br</a>	11/10/2024



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

Anexo V - Lista de exemplos de atividades por tipologias de uso

## 1. USO COMERCIAL E DE SERVIÇOS

### 1.1. COMÉRCIO E SERVIÇOS VICINAIS

**Definição:** atividades comerciais e de prestação de serviços com abrangência de atendimento local, utilização imediata e cotidiana, não incômodas ao entorno, sem potencial de repercussões negativas e que não necessitam de medidas mitigadoras para se instalarem, limitados a PEQUENO PORTE.

**Essa categoria é composta por:**

- açougues;
- estabelecimentos de alfaiataria e costuraria;
- armazéns;
- ateliês de arte;
- barberias;
- bares (sem entretenimento e/ou música ao vivo e limitados a PEQUENO PORTE);
- cafés;
- casas lotéricas;
- chaveiros e afiadores;
- escritórios e sedes administrativas;
- escritórios e consultórios de profissionais liberais e autônomos e prestações de serviços;
- farmácias;
- floristas/floriculturas;
- lanchonetes e pastelarias;
- lavanderias não industriais;
- livrarias e sebos;
- lojas, boutiques e brechós de roupas e sapatos;
- mercados, sacolões e similares (limitados a PEQUENO PORTE);
- mercearias e quitandas;
- oficinas de eletrodomésticos e eletrônicos;
- padarias, panificadoras e confeitarias;
- papelarias;
- peixarias;
- pet shop;
- postos de telefonia e internet;
- restaurantes;
- revistarias;
- salões de beleza;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

- sapatarias;
- serviços de correio;
- sorveterias.

## 1.2. COMÉRCIO E SERVIÇOS DE BAIRRO

**Definição:** atividades comerciais varejistas e de prestação de serviços destinadas a atendimento de determinado bairro ou região, que apresentem potencial de geração de incomedos de baixo impacto, limitados a MÉDIO PORTE.

### Observações:

- (1) Essa categoria inclui aquelas atividades de comércio e de serviços vizinhas quando consideradas de MÉDIO PORTE.
- (2) As atividades de funilaria e pintura serão consideradas como PERMISSÍVEIS na Zona Central, Zona Consolidação Central, Zonas Residenciais 3 e 4, e no Eixo de Adensamento e Diversificação.

### Essa categoria é composta por atividades como:

- academias de ginástica, esportes e/ou de dança;
- agências bancárias;
- agências de viagem;
- (VETADO)
- bares (com entretenimento e/ou música ao vivo);
- bicicletarias;
- borracharias;
- cartórios;
- casas de festas;
- centros comerciais e entretenimento (limitados a PEQUENO e MÉDIO PORTE);
- centros médicos hospitalares e odontológicos;
- churrascarias;
- clínicas médicas hospitalares ou odontológicas;
- clínicas veterinárias;
- clubes e sociedades recreativas;
- comércio de produtos automotivos;
- comércio de veículos seminovos e usados e similares;
- cooperativas de pequeno porte;
- copiadoras e reprografias;
- depósitos e comércios varejistas de gás para uso doméstico;
- depósitos para materiais usados;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

- casas de *show*;
- centros comerciais e de entretenimento (GRANDE PORTE e de PORTE ESPECIAL);
- centros de eventos e de convenções;
- comércio de defensivos agrícolas;
- comércio de fogos de artifício e de artigos de pirotecnia;
- comércio de maquinário e implementos agrícolas;
- comércio e instalação de veículos automotivos;
- concessionárias de veículos;
- cooperativas (PORTE MÉDIO, GRANDE ou PORTE ESPECIAL);
- edifícios de escritórios;
- edifícios-garagem;
- empresas de transporte de valores;
- espetáculos e boates;
- estádios esportivos;
- ferro velhos e comércio de sucatas;
- guarda-nóveis;
- hipermercados;
- hospitais veterinários;
- locadoras de veículos;
- lojas de departamentos;
- marmorarias;
- *outlets*;
- parques de exposições;
- parques temáticos;
- *shopping centers*.

## 1.4. COMÉRCIO E SERVIÇOS SETORIAIS

**Definição:** atividades comerciais e de prestação de serviços que tendem a formar áreas especializadas no território municipal; atividades logísticas, de qualquer porte, além de setores atacadistas, cuja natureza recomende localização em áreas de especialização setorial.

### 1.4.1. COMÉRCIO E SERVIÇOS SETORIAIS

**Definição:** atividades logísticas de grande porte.

**Essa categoria é composta por atividades como:**

- silos de armazenagem;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

- distribuidoras de bebidas e alimentos (PEQUENO PORTE);
- escritórios e sedes administrativas;
- estabelecimentos de ensino e cursos;
- estacionamentos comerciais;
- funerárias;
- galerias de arte e antiquários;
- imobiliárias;
- instituições financeiras e cooperativas de crédito;
- joalherias;
- laboratórios de análises clínicas, radiológicos e farmácias de manipulação;
- laboratórios e estúdios fotográficos;
- lava-carros;
- lojas de conveniência;
- lojas de ferragens;
- lojas de materiais de construção;
- loja de móveis e de eletrodomésticos;
- loja de materiais e utensílios domésticos e limpeza;
- oficinas de fundição e pintura;
- oficinas de montagem e/ou reparos de móveis e estofados;
- oficinas de troca de óleo e lubrificantes automotivos;
- oficinas eletromecânicas de automóveis;
- óticas;
- quadras esportivas;
- restaurantes;
- serviços de correio;
- sindicatos e associações de bairro;
- supermercados;
- tabacarias;
- vendas e instalações de acessórios e equipamentos automotivos;
- vidraçarias.

## 1.3. COMÉRCIO E SERVIÇOS GERAIS

Definição: atividades comerciais varejistas ou atacadas, e de prestação de serviços destinadas a atendimento a amplas áreas do território municipal.

Essa categoria é composta por atividades como:

- cardônomos *indoor* (interno);



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

- armazéns distribuidores;
- centros de distribuição;
- entrepostos;
- garagens de ônibus e caminhões;
- locais (cobertos ou descobertos) para armazenagem de materiais, máquinas, equipamentos e similares;
- transportadoras.

## 1.4.2. SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO

**Definição:** compreende serviços com elevada carga de conhecimento técnico-científico, com caráter estratégico para o desenvolvimento econômico municipal, de qualquer porte:

**Essa categoria é composta por atividades como:**

- serviços de informação, comunicação e multimídia;
- serviços de desenvolvimento tecnológico de segmentos diversos;
- testes e análises técnicas e bioquímicas;
- atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial;
- pesquisa e desenvolvimento científico, pesquisas e tecnologia ambiental.

## 1.5. ATIVIDADES ESPECÍFICAS

**Definição:** atividades peculiares, cuja adequação à vizinhança, ao sistema viário e às condições ambientais dependem de análise especial, em face de elevados níveis de incomodidade e poluição.

### 1.5.1. ATIVIDADES ESPECÍFICAS 1:

**Essa categoria é composta por:** cemitérios, funerárias, crematórios, ossários e similares.

### 1.5.2. ATIVIDADES ESPECÍFICAS 2

**Essa categoria é composta por:** postos de abastecimento e de comércio revendedor varejista de combustíveis automotivos e de gás natural veicular.

### 1.5.3. ATIVIDADES ESPECÍFICAS 3

**Essa categoria é composta por:**

- aeroportos;
- autódromos;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

- canódromos *outdoor* (externo);
- centros de controle de voos;
- clubes de golfe;
- pistas de *motocross*.

## 1.5.4. ATIVIDADES ESPECÍFICAS 4

**Essa categoria é composta por:** atividades e instalações de infraestruturas urbanas específicas relacionadas com geração e distribuição de energia; reservatório, tratamento e abastecimento de água, estação elevatória e tratamento de esgoto, aterro sanitário e similares.

## 2. USO INDUSTRIAL

### 2.1. USO INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO

#### 2.1.1. INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO I

**Definição:** atividades industriais de PEQUENO PORTE compatíveis com o uso habitacional, não incomodas ao entorno, sem potencial de geração de repercussões negativas e que não necessitam de medidas mitigadoras para se instalarem, bem como atividades manufatureiras, de caráter semi-artesanal, com baixa mobilização de recursos e escala.

**Essa categoria é composta pela fabricação e/ou processamento de:**

- absorventes, fraldas e similares;
- acessórios de vestuário e de calçados;
- acessórios para animais;
- acessórios para eletrônicos;
- adesivos, etiquetas ou fitas adesivas;
- aeromodelismo;
- agulhas e alfinetes;
- artefatos de bambu;
- artefatos de junco e vime;
- artefatos de lona;
- artesanatos em geral;
- artigos para bijuteria e semijoias;
- artigos de caça e pesca;
- artigos de carpintaria;
- artigos de colchoaria;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

- artigos de cortiça;
- artigos de couro;
- artigos de cutilaria;
- artigos de decoração;
- artigos de esporte e jogos recreativos;
- artigos de joalheria;
- artigos de pele;
- artigos para brindes;
- bebidas artesanais;
- bordados;
- box para banheiro;
- cortinas;
- materiais terapêuticos;
- pães e similares;
- pertucas;
- produtos alimentícios;

## 2.1.2. INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO 2

**Definição:** atividades industriais de PEQUENO E MÉDIO PORTE, compatíveis com o seu entorno e aos parâmetros da zona, com potencial de geração de baixo impacto sobre o meio ambiente e de incomodidade sobre a vizinhança.

**Observação:** essa categoria inclui aquelas atividades da categoria INDUSTRIAL 1 quando consideradas de MÉDIO PORTE.

**Essa categoria é composta por:**

- cozinha industrial;
- empacotamento de alimentos;
- envase de água mineral;
- envase de bebidas;
- indústria alimentícia;
- indústria gráfica e/ou editora;
- montagem de estruturas metálicas;
- torneria (2 tornos no máximo);
- torrefação e moagem de cereais e grãos;

**E pela fabricação e/ou processamento de:**

- acessórios para panificação;
- antenas;

XII



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

- aparelhos de medidas;
- aparelhos ortopédicos ou terapêuticos;
- aquecedores, peças e acessórios;
- artefatos de borracha;
- artefatos de cerâmica e porcelanas;
- artefatos de fibra de vidro;
- artefatos de gesso;
- artefatos de plástico;
- artefatos de metal;
- artefatos de papel e papelão;
- artefatos de parafina;
- artigos diversos de fibra;
- artigos diversos de madeira;
- artigos para cama, mesa e banho;
- artigos para refrigeração;
- artigos têxteis;
- barcos, lanchas, equipamentos náuticos e similares;
- bicicletas;
- brinquedos;
- concentrados aromáticos;
- cordas e barbantes;
- estofados;
- gelo;
- instrumentos musicais;
- laticínios;
- luminosos;
- molduras;
- móveis;
- pinéis, brochas, espanadores, vassouras e similares;
- produtos desidratados;
- produtos de higiene pessoal;
- produtos de limpeza;
- tapetes e carpetes.

## 2.1.3. INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL.3



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

**Definição:** atividades industriais com médio a alto potencial de geração de incômodos, que geram riscos à saúde ou ao conforto da população ou que não são compatíveis com o funcionamento das atividades urbanas na maioria dos locais, que impliquem na fixação de padrões específicos quanto às características de ocupação do lote, de acesso, de localização, de tráfego, de serviços urbanos e disposição dos resíduos gerados, conforme necessário.

**Observação:** essa categoria inclui aquelas atividades das categorias INDUSTRIAL 1 e INDUSTRIAL 2 quando consideradas de GRANDE PORTE.

**Essa categoria é composta por:**

- destilação de álcool;
- envase de produtos químicos;
- fiação;
- frigorífico (sem abate de animais);
- fundição;
- indústria cerâmica (argila, porcelana e similares);
- indústria de bebidas;
- indústria de compensados, laminados, madeira e aglomerados;
- indústria de fumo e tabaco;
- indústria mecânica ou eletromecânica;
- indústria de produtos biotecnológicos;
- indústria de remoldagem, recapagem ou recacuchutagem de pneus;
- lavanderia industrial;
- madeiraira (desdobramento);
- montagem de peças;
- montagem de veículos em geral;
- olaria (encaminhamento ao Conselho Municipal de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente, independente da Zona ou Eixo);
- reciclagem (coleta e triagem);
- serraria;
- serralheria;
- usinagem;
- torrefação (com mais de 2 tornos);

**E pela fabricação e/ou processamento de:**

- açúcares;
- adubos orgânicos;
- aparelhos, peças e acessórios para agropecuária;
- argamassa;
- armas e munições em geral;
- artigos de material plástico e/ou acrílico/ polímeros;
- artigos protéticos;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

- asfalto;
- bombas e motores hidrostáticos;
- caxambas;
- cal;
- câmaras de ar;
- carretas e carrocerias para veículos automotores;
- carroças;
- carvão ativado;
- casas pré-fabricadas;
- ceras;
- churrascqueira e lareiras;
- cimento;
- cola;
- corretivos do solo;
- cristais;
- equipamentos contra incêndio;
- equipamentos de transporte vertical;
- equipamentos hospitalares;
- equipamentos para transmissão industrial;
- esmaltes;
- espumas;
- estruturas metálicas;
- gesso;
- graxas e lubrificantes;
- impermeabilizantes;
- isolantes térmicos;
- isopor;
- laminados;
- laminados;
- lâmpadas;
- máquinas e equipamentos agrícolas;
- máquinas moítrizes não elétricas;
- massas para vedação;
- massa plástica;
- moles e matrizes de peças e embalagem plástica;
- pré-moldados e artefatos de cimento e concreto;
- peças e acessórios para veículos e motocicletas;
- peças e equipamentos mecânicos;

XV



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

- pneumáticos;
- produtos veterinários;
- rações e alimentos preparados para animais;
- tecidos.

## 2.1.4. INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL 4

**Definição:** atividades industriais com alto potencial de geração de incômodos, que geram riscos à saúde ou ao conforto da população ou que não são compatíveis com o funcionamento das atividades urbanas na maioria dos locais, que implicam na fixação de padrões específicos quanto às características de ocupação do lote, de acesso, de localização, de tráfego, de serviços urbanos e disposição dos resíduos gerados, cuja adequação à vizinhança depende de licenciamento ambiental e de análise de impacto, independente da área construída.

### Essa categoria é composta por:

- borracha e látex sintéticos;
- indústria de abrasivo;
- indústria de recicláveis;
- indústria farmacêutica;
- indústria metalúrgica;
- indústria petroquímica;
- indústria química;
- pneus;
- tinturaria industrial;
- tratamento de superfície: galvanoplastia, cromagem, zincagem, anodização, niquelagem, fosfatização e similares;
- tratamento de resíduos da construção civil;
- tratamento de resíduos de serviços de saúde;
- tratamento de resíduos industriais;
- usina de concreto;
- usina de reciclagem.

### E pela fabricação e/ou processamento de:

- adubos químicos;
- caldeiras;
- combustíveis e lubrificantes;
- defensivos agrícolas;
- explosivos;
- espelhos;
- fertilizantes;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

- fungicidas, formicidas e inseticidas;
- papel e celulose;
- tintas, vernizes, solventes e resinas;
- vidros.

## 2.1.3. INDUSTRIAL DE ELEVADA INTENSIDADE TECNOLÓGICA

**Definição:** atividades industriais de alta intensidade em conhecimento e tecnologia, centros de pesquisa aplicada, de inovação e de desenvolvimento tecnológico, em ramos estratégicos para o desenvolvimento municipal, de qualquer porte.

Essa categoria é composta por:

- aerospacial;
- *big data*;
- biologia sintética;
- centros de inovação e pesquisa;
- empresas de base tecnológica;
- equipamentos eletrônicos;
- instituições de ensino, inovação, pesquisa e desenvolvimento científico;
- instrumentos ópticos e de precisão;
- Inteligência Artificial (IA);
- *internet das coisas* (IoT);
- manufatura aditiva (3D);
- recursos energéticos;
- robótica;
- sistemas *cyber* físicos (CPS);
- sistemas de mobilidade;
- *startups*;
- tecnologia médica;
- telecomunicações;

Handwritten signature or initials.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

## ANEXO I - ATIVIDADES E EMPREENDIMENTOS COM EXIGÊNCIA DE EIV CONFORME TIPOLOGIAS DA LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DE PALMAS

OBS.: Em complementariedade aos critérios do artigo 6º:

TIPOLOGIA DE USO	ESPECIFICAÇÃO	CRITÉRIO DE EXIGÊNCIA DE EIV
USO HABITACIONAL	CONDOMÍNIO EDILÍCIO HORIZONTAL	A partir de 30 (trinta) unidades autônomas
	CONDOMÍNIO VERTICAL	A partir de 40 (quarenta) unidades autônomas
	CONDOMÍNIO DE LOTES	Qualquer Porte
	LOTEAMENTOS	Acima de 50 (cinquenta) lotes
	HABITAÇÃO TRANSITÓRIA E INSTITUCIONAL	Área total construída acima de 1.000m <sup>2</sup> Nº de vagas de estacionamento acima de 100 Capacidade de lotação superior a 1.000 pessoas (NBR 9077)
USO COMUNITÁRIO	USO COMUNITÁRIO 01 E 02	Área total construída acima de 1.000m <sup>2</sup> Nº de vagas de estacionamento acima de 100 Capacidade de lotação superior a 1.000 pessoas (NBR 9077)
	USO COMUNITÁRIO 03	Grande Porte (acima de 200m <sup>2</sup> de área construída)
USO COMERCIAL E DE SERVIÇOS	USOS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS	Grande Porte - Área total construída a partir de 1.000m <sup>2</sup>
	USO COMERCIAL E DE SERVIÇOS SETORIAL	Qualquer Porte
	USO COMERCIAL E DE SERVIÇOS ESPECÍFICOS 01, 02, 03 E 04	Qualquer Porte
	CONDOMÍNIO EMPRESARIAL	Grande Porte - Área total a partir de 1.000m <sup>2</sup>
USO INDUSTRIAL	USOS INDUSTRIAIS	Grande Porte - Área total construída a partir de 800m <sup>2</sup>
	USO INDUSTRIAL 04 E 05	Qualquer Porte

XVII



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

### ANEXO V

#### MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO À TÍTULO GRATUITO

CONTRATO Nº .../2024.

Termo de Contrato de Concessão de Direito Real de  
Uso a Título Gratuito que entre si fazem o MUNICÍPIO  
DE PALMAS e a

Que entre si fazem o Município de Palmas, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ. sob nº. 76161181/0001-08, com sede à Av. Clevelândia, nº. 521, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal, Kosmos Panayotis Nicolaou, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF nº 183.136.630-49 e RG sob nº 4573515-0 – PR, residente e domiciliado nesta cidade de Palmas estado do Paraná, denominado **CEDENTE** e de outro lado a empresa \*\*\*\*\*, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. \*\*\*\*\*, com sede na \*\*\*\*\*, neste ato representada pelo Sr. \*\*\*\*\*, inscrito no CPF n. \*\*\*\*\* e RG n. \*\*\*\*\*, residente e domiciliado na \*\*\*\*\*, denominado **CESSIONÁRIA**, tem, entre si, as seguintes cláusulas que compõem este contrato:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento fundamenta-se na Lei n. 14.133/21, na Lei Municipal nº 2.550/2017, Processo Licitatório n. 151/2024- Concorrência Pública nº 07/2024. Todas as regras do edital e a proposta da CESSIONÁRIA integram o presente termo, para fins de direito, independentemente de sua transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 O objeto consiste na escolha de pessoa jurídica de direito privado para a CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, À TÍTULO GRATUITO - Concessão de direito real de uso sobre bem imóvel, pelo período de 15 anos, desde que cumpridos os requisitos e a finalidade da concessão, localizado na área industrial registrado sob matrícula nº 4.361, de propriedade do Município, com a finalidade de incentivo e estímulo à instalação de empresa ou a prevenção de sua evasão do município, e a geração de emprego e renda, e cláusula de reversão, conforme Lei Municipal nº 2550, de 20 de dezembro de 2017.

2.2. Imóvel localizado no QUINHÃO Nº 07 DO IMÓVEL DENOMINADO QUIGUAY, localizado no perímetro do trevo de acesso ao município, pertencente a matrícula nº4.361 devidamente cadastrada no Registro de Imóveis, com área de 2.226,00 m² (dois mil duzentos e vinte seis metros quadrados) contendo edificação (barracão em alvenaria) de 220 m² (duzentos e vinte metros quadrados).

**2.3. De acordo com a proposta técnica, para a perfeita execução do contrato a cessionária se compromete com as seguintes condições:**

- a) **Investimento inicial mínimo: R\$ XXX,XX ( )**
- b) **Capital Social da empresa de no mínimo R\$ XXX,XX ( )**
- c) **Declaração de faturamento anual estimado no mínimo R\$ XXX,XX ( )**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

d) **Empregos diretos: XX ( ) empregos.**

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO**

3.1. O prazo para o início das atividades e utilização do local e suas atividades será de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

3.2. A vigência deste Contrato Administrativo de Concessão de Direito Real de Uso, à Título Gratuito, é de 15 (quinze) anos, prorrogáveis, conforme previsto no § 2º, I, Art. 10º, da Lei Municipal nº 2.550/2017 e Art. 112 da lei 14.133/21.

3.3. o início das atividades será no máximo, 08 (oito) meses contados da efetivação da concessão, assim considerada como sendo a outorga do respectivo título de concessão;

3.4 Início das atividades de terraplanagem/instalação da indústria em, no máximo, 60 (sessenta) dias após a concessão, sendo que para as empresas que necessitarem de licenciamento ambiental ou outro de qualquer natureza, contar-se-á o prazo de 60 (sessenta) dias para início das atividades após a liberação da(s) referida(s) licença(s);

### **CLAUSULA QUARTA – DOS ENCARGOS DA CESSIONÁRIA**

Compete a CESSIONÁRIA:

4.1. Os encargos a serem consignados em contrato a ser firmado com o proponente julgado vencedor deste da concessão, corresponderão ao retorno de ICMS para o Município, assim como do faturamento médio anual informado, investimento mínimo, capital social e geração de empregos na forma e nas condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta da proponente vencedora do certame.

4.2. Os empregos gerados deverão ser mantidos e comprovados através do registro dos empregados na CTPS a ser apresentado pelo proponente vencedor do certame.

4.3. O faturamento será informado através da média mensal apurada em cada exercício financeiro, de acordo com o que foi estabelecido na proposta vencedora do certame.

4.4. O investimento será comprovado através de no mínimo 3(três) avaliações, realizadas e firmadas por profissionais competentes e com registro nos respectivos órgãos de classe.

### **CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES**

5.1. Caso a CESSIONÁRIA deixe de cumprir as normas e obrigações assumidas e/ou preceitos legais, serão aplicadas as seguintes penalidades, isoladas ou conjuntamente, a critério da Administração Pública Municipal:

- a) Advertência Expressa.
- b) Impedimento de participar de qualquer processo licitatório efetuado pela Prefeitura do Município de Palmas/PR pelo período de 02(dois) anos da data da notificação.
- c) Declaração de Inidoneidade.
- d) Rescisão do contrato, com reversão do objeto e decretação da perda da garantia, se houver, sem direito a indenização de qualquer valor;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

5.2. As penalidades apontadas acima serão aplicadas somente após devidamente apurados os fatos, encerrado processo administrativo competente, onde será oportunizado o direito ao contraditório e ampla defesa.

### **CLAUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA**

A cessionária terá as seguintes responsabilidades e obrigações:

- a) Deverá assinar o contrato assim que solicitado pela Prefeitura Municipal de Palmas/PR ou então no prazo de 5(cinco) dias após a notificação.
- b) Deverá cumprir todas as cláusulas e condições do Termo de Referência e do contrato.
- c) Não poderá ceder, alugar, alienar, permutar e/ou desviar a finalidade do bem concedido, sob pena de reversão do mesmo para o patrimônio público municipal.
- d) Sempre deverá permitir aos encarregados da Fiscalização do Município livre acesso, em qualquer época, aos bens objeto do Termo de Referência e contrato, para certificação de sua utilização.
- e) Deverá manter e conservar, às suas custas, o bem objeto desta concorrência.
- f) Deverá fornecer ao Município, sempre que solicitado, quaisquer informações e/ou esclarecimentos que sejam inerentes à relação contratual decorrente deste certame.
- g) Deverá cumprir a legislação vigente para a instalação de suas atividades, ou para o exercício delas, incluindo todas as providências necessárias à obtenção de alvarás, licenças ou demais exigências legais (incluindo as exigências ambientais).
- h) Deverá pagar todos os tributos ou encargos que incidirem sobre o imóvel ou as atividades ou serviços desenvolvidos pela beneficiada com a concessão de que trata o Termo de Referência, inclusive IPTU e alvará de funcionamento.
- i) Deverá responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da relação trabalhista e previdenciária, especialmente aquelas decorrentes do vínculo empregatício que firmar com seus empregados a fim de fornecer os empregos a que estão obrigadas, eximindo o Poder Público Municipal de qualquer responsabilidade, seja solidária ou subsidiária.
- j) Deverá tomar todas as providências necessárias para a aprovação de todos os projetos referentes à construção civil e outros necessários para o exercício da atividade proposta ao Município, antes do início de qualquer atividade, sob pena de embargo.
- k) A Cessionária obriga-se em realizar, ao término da vigência contratual, a devolução do imóvel objeto da concessão.
- l) Faz parte das obrigações da cessionária a realização de avaliação junto ao órgão ambiental estadual (Instituto Água e Terra - IAT), regularização da área (direcionamento de água pluvial, remoção de material orgânico e terraplanagem). Após possibilitar tais obras, haverá também, a necessidade de um segundo licenciamento ambiental relacionado as atividades a serem instaladas no local, ambas as licenças devem ser alcançadas em prazo de até 18 meses da assinatura do contrato.
- m) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- n) A cessionária deverá providenciar seguro garantia do barracão durante toda a vigência do contrato.
- o) A contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como qualquer outra norma específica, destinado para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO**

O Município de Palmas/PR, através das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, de Administração e Finanças, deverá:





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

- a) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais.
- b) Revogar a concessão no caso de descumprimento do Termo de Referência, do Contrato ou da Proposta apresentada.
- c) Fiscalizar a utilização do bem concedido.
- d) Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas.
- e) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado

### CLÁUSULA OITAVA - DA REVERSÃO OU GARANTIA

Se no prazo estabelecido, a contar a partir do período de carência, não for implementado e comprovado o cumprimento dos encargos pela empresa beneficiária, o imóvel concedido e a garantia ofertada reverterão ao Município automaticamente sem necessidade de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, sem direito a qualquer indenização, ressarcimento, indenização ou pagamento de qualquer valor, seja a qualquer título.

- I) Tão logo assinado o contrato, a empresa beneficiada assumirá a posse do imóvel, podendo requerer a averbação da concessão à margem da matrícula do imóvel concedido, a qual deverá conter a cláusula de reversão.
- II) Para a aplicação da penalidade de reversão do imóvel concedido, sempre será oportunizando o direito ao contraditório e a ampla defesa da empresa beneficiada pela concessão, em procedimento administrativo específico para apuração das responsabilidades.

### CLÁUSULA NONA - DAS ADEQUAÇÕES

9.1. As adequações julgadas necessárias à exploração do ramo de atividade, definido no objeto da licitação, serão de responsabilidade da concessionária, inclusive as despesas delas decorrentes;

9.2. As adequações deverão ser submetidas à análise e autorização prévia do Departamento Municipal de Urbanismo, em conformidade com a Secretaria de Administração e a Procuradoria Geral do Município;

9.3. As adequações a serem realizadas nas áreas objeto desta contratação serão consideradas de interesse único e exclusivo do Concessionário.

9.4. Fica expressamente vedada a sub locação de qualquer das instalações do bem imóvel de propriedade do município.

9.5. Fica vedado o uso do espaço como forma de moradia de colaboradores.

### CLÁUSULA DÉCIMA – FISCAL DO CONTRATO

10.1. As ações de gestão e controle da execução do Contrato serão exercidas pelos responsáveis pelas Secretarias Solicitantes, solicitantes do processo, conforme Decreto Municipal nº 3.891/2021, a qual competirá acompanhar e gerir o cumprimento do Contrato, consoante o disposto no 120 da Lei nº 14.133, de 2021, e dar ciência à **CONTRATADA**, em caso de não conformidade, mediante notificação por escrito, sobre as irregularidades

A fiscalização e gestão da execução do contrato será exercida, pelos servidores:  
zação e gestão da execução do contrato será exercida, pelos servidores:

Secretaria Municipal	Gestor/Fiscal	Servidor	CPF
----------------------	---------------	----------	-----



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

Sec. Municipal de Infraestrutura	Responsável Técnico	Silvio Alves dos Santos Schmoller	019.628.429-59
Sec. de Municipal de Educação	Fiscalizador Administrativo	Fernando Badotti da Silva	079.992.419-97
Sec. de Municipal de Educação	Gestor	Felipe Zanoello	039.287.899-29

10.2. fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da concessionária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem. **A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.**

11.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/21.

11.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) indenizações e multas.

11.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E UTILIZAÇÃO



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

13.1 Devem ser avaliadas com cautela, a tipologia de solo local, capacidade de absorção e infiltração de água no solo, entre outros. Neste caso, testes específicos (percolação, sondagens, entre outros da área civil) devem ser realizados visando garantir a possibilidade, ou não, de edificação no local. Em casos de constatação de área úmida, devem ser levadas em consideração as distâncias mínimas não edificáveis, que constam na legislação ambiental. Com relação ao empreendimento que for ser instalado no local, antes de sua instalação, deve ser realizado o respectivo processo de licenciamento ambiental da atividade.

13.2. As atividades devem ainda observar o constante na Lei 2853/21, Anexo I, quando as atividades e empreendimento com exigência de EIV, anexo do edital.

13.3. Conforme a Lei 2851/21, Art. 3º, todas as ações de construir, reconstruir, reformar, restaurar, demolir, acrescer ou decrescer espaços de edificações, transformar usos internos ou externos, regularizar construções existentes, bem como realizar quaisquer obras de infraestrutura em logradouros públicos, somente poderão ser executadas após concessão de licença pelo órgão municipal competente, e a observância do cumprimento das Leis vigentes

13.4. Não está isenta a contratada de providenciar todos os licenciamentos e/ou anuências, junto aos demais órgãos ou esferas que se façam necessários (Ex: IAT e CBMPR...).

### **CLÁUSULA DECIMA QUARTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei Municipal 2.550/2017, Lei Complementar 123/2006 e na Lei Federal n.º 14.133/21, e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

### **CLÁUSULA DECIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

### **CLÁUSULA DECIMA SEXTA – CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DECIMA SETIMA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Palmas - PR, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Palmas, \_\_/\_\_/2024

XX



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

### **MUNICÍPIO DE PALMAS - PR**

**Daniel Ricardo Langaro**

**Prefeito Municipal**

**Cedente**

XX

### **EMPRESA \*\*\***

**Nome do Representante**

**Cessionária**

**Testemunhas:**

#### **Testemunha 1**

**CPF nº XXX.XXX.XXX-XX**

#### **Testemunha 2**

**CPF nº XXX.XXX.XXX-XX**

**EXTRATO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO À TÍTULO GRATUITO N.º XX/2024**  
**PROCESSO N.º 151/2024 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 07/2024**  
**DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:**





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelândia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE PALMAS, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.161.181/0001-08, com sede em Palmas - PR, na Avenida Clevelândia, nº 521, representado legalmente neste ato pelo Senhor Prefeito Municipal, Kosmos Panayotis Nicolaou.

**CONTRATADA:**

**OBJETO:** Concessão de direito real de uso sobre bem imóvel, pelo período de 15 anos, desde que cumpridos os requisitos e a finalidade da concessão, localizado na área industrial registrado sob matrícula nº 4.361, de propriedade do Município, com a finalidade de incentivo e estímulo à instalação de empresa ou a prevenção de sua evasão do município, e a geração de emprego e renda, e cláusula de reversão, conforme Lei Municipal nº 2550, de 20 de dezembro de 2017.

**Fiscalização:**

zação e gestão da execução do contrato será exercida, pelos servidores:

Secretaria Municipal	Gestor/Fiscal	Servidor	CPF
Sec. Municipal de Infraestrutura	Responsável Técnico	Silvio Alves dos Santos Schmoller	019.628.429-59
Sec. de Municipal de Educação	Fiscalizador Administrativo	Fernando Badotti da Silva	079.992.419-97
Sec. de Municipal de Educação	Gestor	Felipe Zanoello	039.287.899-29

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 15 (quinze) anos, a contar da data de assinatura do contrato.

**FORO:** Comarca de Palmas, Estado do Paraná.

### ANEXO VI – MODELO PROPOSTA PARA FORNECIMENTO

(Papel timbrado da empresa).

ÀO MUNICÍPIO DE PALMAS – PARANÁ

Apresentamos e submetemos a apreciação de Vossas Senhorias, proposta técnica para participação no Processo Licitatório Concorrência nº 151/2024.

### 1. OBJETO:

Concessão de direito real de uso sobre bem imóvel, pelo período de 15 anos, desde que cumpridos os requisitos e a finalidade da concessão, localizado na área industrial registrado sob matrícula nº 4.361, de propriedade do Município, com a finalidade de incentivo e estímulo à instalação de empresa ou a prevenção de sua evasão do município, e a geração de emprego e renda, e cláusula de reversão, conforme Lei Municipal nº 2550, de 20 de dezembro de 2017.

### 2. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:
REPRESENTANTE:	CARGO:
RG:	CPF:
CIDADE/ESTADO/ENDEREÇO/CEP:	TELEFONE:
EMAIL:	

### 3. CONDIÇÕES GERAIS

3.1. A proponente declara conhecer os termos do Instrumento Convocatório que rege a presente licitação, bem como declara que cumpre plenamente os requisitos de habilitação da licitação.

3.2. Especificação completa do serviço oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação;

3.3. A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura da concorrência.

3.4. Declaro, sob as penas da Lei, que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, caso ele seja aplicado nessa contratação, observado o art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

### 4. PROPOSTA:

Prezados Senhores:

De acordo com o estabelecido no edital de licitação em epígrafe, apresentamos nossa proposta para o objeto referido acima, neste Município, nas seguintes condições classificatórias:

- a) Investimento declarado: R\$ XX, XX (XXXXXXXXXX).  
PONTUAÇÃO: 0,0(XXXX PONTOS).
- b) Capital Social da empresa R\$ XX, XX (XXXXXXXXXX).  
PONTUAÇÃO: 0,0(XXXX PONTOS).
- c) Declaração de faturamento estimado R\$ XX, XX (XXXXXXXXXX).  
PONTUAÇÃO: 0,0(XXXX PONTOS).
- d) Empregos diretos: XX (XXXXXXXXXX) empregos diretos  
PONTUAÇÃO: 0,0(XXXX PONTOS).

Para orientação de V.Sas., informamos que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias e nos comprometemos em assinar o contrato, caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, no prazo que for estabelecido na respectiva convocação. O representante legal desta firma para este fim, será o(a) Sr(a) .....portador(a) da Cédula de Identidade - RG nº.....SSP/.....e CPF/MF nº..... residente e domiciliado(a) à .....na cidade.....  
Declaro-nos de pleno acordo com as condições estabelecidas no edital da licitação.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000  
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

Obs.: A licitante além destes termos, poderá apresentar outras informações que a administração municipal julgue necessárias.

### **DESCRIÇÃO BÁSICA DO EMPREENDIMENTO**

Para complementação de informações de nossa proposta esclarecemos que o empreendimento que será instalado no imóvel, ora licitado, corresponderá a: \_\_\_\_\_

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE  
(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)